

Capítulo 10: Acolhimento e Apoio à Vítima

Capítulo 10: Acolhimento e Apoio à Vítima	1
Capítulo 10: Acolhimento e Apoio à Vítima	2
10.1 Introdução	2
10.1.1 Estrutura da Unidade	3
10.1.2 Interpretação de conceitos	3
10.2 Acolhimento e extensão das actividades	6
10.2.1 Enquadramento	6
10.2.2 Acompanhamento de refugiados recentemente regressados	8
10.2.3 Extensão do programa a Timor Ocidental	11
10.3 Restituir a dignidade às vítimas	17
10.3.1 Introdução	17
10.3.2 Audiências Públicas	19
10.3.3 Seminários de Restabelecimento	30
10.3.4 Reparação Urgente de Danos	38
10.3.5 Perfis Comunitários	46
10.3.6 Lições Aprendidas	62

Capítulo 10: Acolhimento e Apoio à Vítima

10.1 Introdução

1. Este capítulo incide sobre o programa da Divisão da CAVR de Acolhimento e de Apoio à Vítima. Como o seu nome indica, esta divisão desempenhou duas funções centrais da Comissão, ainda que bastante diferentes. Estas funções permeiam as várias componentes do mandato da Comissão, visto que tanto o acolhimento como o apoio às vítimas de violações de direitos humanos constituem princípios centrais de todos os programas a desenvolver pela Comissão.

2. A importância do 'Acolhimento' no trabalho da Comissão é reflectida na inclusão deste conceito enquanto primeiro de três princípios orientadores mencionados na designação Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação. Ao contrário da 'Verdade' e da 'Reconciliação', o conceito de 'Acolhimento' não é mencionado directamente no Regulamento 10/2001, visto que, ao contrário da reconciliação, do apoio à vítima e do apuramento da verdade, o acolhimento não era uma função explícita no mandato da Comissão, mas algo menos tangível e mais abrangente. O acolhimento foi o espírito que animou todos os aspectos do trabalho da Comissão. Tornou-se peça central do trabalho porque a Comissão reconheceu a importância dos timorenses se aceitarem mutuamente após tantos anos de divisão e conflito. No imediato, foi uma resposta à situação dos timorenses que tinham ido para Timor Ocidental em 1999 – os que tinham regressado a Timor-Leste bem como os que tinham permanecido nos campos e aldeamentos de refugiados em Timor Ocidental. Foram desenvolvidos dois programas específicos para responder às suas necessidades:

- Um programa de acompanhamento e informação dirigido aos que haviam regressado recentemente a Timor-Leste.
- Um programa implementado em conjunto com ONG, em Timor Ocidental, de inclusão dos timorenses de leste que permaneceram do outro lado da fronteira.

3. Ao contrário do conceito anterior, o apoio à vítima era um objectivo da Comissão, especificamente definido no Regulamento 10/2001. O artigo 3º do regulamento estabelece que a Comissão deve "ajudar a restituir a dignidade às vítimas de violações de direitos humanos". No entanto, o regulamento não especificava como é que a Comissão deveria proceder para alcançar este objectivo.

4. Tal como o 'Acolhimento', o princípio do apoio às vítimas de violações de direitos humanos era parte integrante do modo como a Comissão desempenhava as restantes funções do seu mandato, nomeadamente o apuramento da verdade, a reconciliação e a produção do seu Relatório Final. A tarefa de apoiar a recuperação de indivíduos e das comunidades que tinham sofrido e restituir-lhes a sua dignidade, era inseparável do objectivo de reparação de relações deterioradas pelo conflito e da edificação de uma reconciliação duradoura. A Comissão tornou-se a voz das vítimas que durante tanto tempo não haviam podido expressar o seu sofrimento e, assim, contribuiu, de forma prática, para o seu restabelecimento.

5. A Divisão do Acolhimento e Apoio à Vítima também executou programas específicos, nomeadamente:

- Audiências públicas ao nível nacional bem como a nível subdistrital.
- Um conjunto de Seminários de Restabelecimento, realizados na sede nacional da Comissão.
- Um Plano de Reparação Urgente de Danos dirigido às vítimas com necessidades imediatas.
- Seminários com participação ao nível de aldeia - designados por seminários de Perfil Comunitário - para debater e constatar o impacto do conflito nas comunidades.

10.1.1 Estrutura da Unidade

6. A Divisão de Acolhimento e de Apoio à Vítima estava sediada em Díli. Todos os programas de Acolhimento foram coordenados a partir da sede nacional. Embora os Comissários Regionais tenham realizado algumas visitas, quer a aldeias onde viviam refugiados recentemente regressados quer a campos em Timor Ocidental, a maioria do trabalho foi desenvolvido a partir da sede nacional.

7. No entanto, a execução de programas distritais de apoio às vítimas contou com o trabalho de quadros ao nível distrital. Para a realização do trabalho de apoio às vítimas era fundamental conseguir chegar a todas as comunidades em Timor-Leste. Isto era particularmente importante nas áreas rurais, onde muitas comunidades estão isoladas e onde as pessoas que sofreram violações durante os conflitos se podiam sentir esquecidas por aqueles que trabalham a um nível nacional. As equipas distritais foram constituídas por membros das comunidades locais. Cada equipa dispunha de dois responsáveis, um homem e uma mulher, que asseguraram o alargamento e extensão do programa e o apoio ao distrito.

8. A estrutura e as responsabilidades da Unidade de Acolhimento e Apoio à Vítima são descritas detalhadamente no primeiro Subcapítulo 10.1: Introdução.

10.1.2 Interpretação de conceitos

Acolhimento

9. Os Comissários Nacionais não reduziram o conceito 'acolhimento' ao seu sentido restrito. Este conceito constituiu parte integrante do espírito com que a Comissão desenvolveu o seu trabalho, bem como do espírito que tentou instilar na comunidade. Após tantos anos de divisão e violência, 'acolhimento' pressupôs que nos abraçássemos enquanto timorenses, que voltássemos a ser nós próprios e que vivêssemos sob o mesmo tecto.

10. Foi neste sentido que o conceito adquiriu significado para os nossos irmãos e irmãs timorenses que permaneceram na Indonésia após o êxodo de 1999, bem como para os que fugiram em 1975, ou mais tarde, e viveram no exílio, um pouco por todo o mundo. Mas este conceito teve grande repercussão em todos nós, quer tenhamos permanecido ou deixado Timor-Leste. Vinte e quatro anos de conflito dispersaram os timorenses um pouco por todo o mundo, dividiram famílias e comunidades, e criaram conflitos internos nas próprias pessoas. 'Acolhimento' representou em parte o espírito de aceitação respeitosa dos outros e de nós próprios como seres humanos, como pessoas responsáveis perante nós próprios e perante os outros. O acolhimento é uma pré-condição para ter a coragem de falar, bem como para ouvir a verdade e procurar a reconciliação.

11. acolhimento nasce do apreço que temos pela riqueza do nosso património cultural e como forma de o exaltar. Este património engloba a nossa cultura tradicional, reprimida durante tantos anos, bem como as experiências adquiridas do colonialismo, da guerra e da ocupação. É um caminho que nos ajuda a aceitar as inúmeras dimensões de ser timorense, de conviver com aquilo por que passámos, e de criar uma sociedade que nos inclui a todos, até aqueles que procederam erradamente no passado. Neste sentido, o comportamento do pai, na parábola bíblica do filho pródigo, traduz o espírito de 'acolhimento'.

12. Enquanto em Inglês a Comissão é designada por 'Commission for Reception, Truth and Reconciliation - Comissão para a Recepção, Verdade e Reconciliação', os seus membros são de

opinião que a palavra 'recepção' não reflecte adequadamente todo o sentido atribuído ao conceito de 'acolhimento'. Por esta razão, neste capítulo será utilizado o termo 'acolhimento' em vez de 'recepção'.

A vítimaⁱ

13. Regulamento 10/2001 define 'vítima' como:

uma pessoa que, individualmente ou enquanto parte de um colectivo, tenha sofrido prejuízos, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou mental, um sofrimento de ordem moral, uma perda material, ou um grave atentado aos seus direitos em consequência de actos ou omissões sobre os quais a Comissão tem jurisdição, e é extensível aos familiares ou dependentes das pessoas que sofreram os danos. [artigo 1º]

14. A Comissão constatou a existência de vítimas de violações de direitos humanos cometidas por todas as partes envolvidas no conflito. Estas vítimas incluem os civis timorenses que sofreram às mãos dos diferentes partidos políticos no conflito de 1975, os timorenses que sofreram violações cometidas pelos militares indonésios ou pelos diferentes grupos coadjuvantes dos militares indonésios, e aqueles que sofreram violações cometidas pelos membros da Fretilin ou das Falintil após a invasão indonésia.

15. A Comissão também procurou homenagear aqueles que tinham morrido em consequência dos conflitos e proporcionar apoio às suas famílias e comunidades. Morreram muitas pessoas em Timor-Leste durante os 25 anos cobertos pelo mandato da Comissão, quer em resultado da deslocação da população em consequência da guerra, de bombardeamentos e da fome, quer devido a actos de violência orientados a alvos específicos. Neste contexto, existe o risco real das pessoas que morreram ficarem perdidas entre os números das estatísticas globais. Uma parte importante do trabalho da Comissão foi direccionada no prestar tributo aos mortos através da sua identificação e homenagem. Muito ficou por fazer nesta área devido à limitação de tempo e de recursos colocados à disposição da Comissão.

ⁱ A Comissão chama a atenção para o debate mantido em torno da utilização do termo 'vítima' que pode aludir a vitimização passiva o que, por sua vez, remete para uma situação mais incapacitante quando comparado com o termo 'sobrevivente'. A Comissão optou por utilizar o termo vítima, em parte por razões de consistência linguística entre as três línguas do Relatório Final e, em parte, por considerar que muitos timorenses foram vítimas na sua vivência dos conflitos políticos em Timor-Leste. Muitos timorenses não sobreviveram. Como o presente capítulo descreve programas que visam capacitar os que sobreviveram, os termos 'sobrevivente e 'vítima' foram alternadamente utilizados ao longo deste segmento do texto.

Acolhimento

É pouco habitual integrar o conceito 'acolhimento' numa comissão de verdade e de reconciliação. Na cultura timorense, 'acolhimento' é o processo de dar as boas vindas, de aceitação do 'outro', e de demonstração de uma hospitalidade incondicional. Esta cortesia formal é extensiva a todos, até aos que causaram danos. É o comportamento nobre quando se é confrontado com situações de mágoa ou raiva. O acolhimento cria o ambiente para que ambas as partes possam mudar. É o ponto de partida para a compreensão, para apresentação de desculpas e para procurar o perdão.

O significado timorense de acolhimento advém, parcialmente, do salmo de São Lucas 15: 11-32, sobre a história de um pai abastado e dos seus dois filhos. Ao sair de casa do pai, o filho mais novo leva a sua parte da riqueza e gasta-a. Pobre e arrependido, decide voltar para casa. Está preparado para implorar clemência ao pai. Como filho indigno, considera que merece tratamento de servo em casa do seu pai. Ao ver o filho a aproximar-se, o pai sente verdadeira compaixão e, com exuberância, corre a abraçá-lo e dá-lhe as boas vindas sem uma palavra de censura ou de julgamento. Ao testemunhar este comportamento, o filho mais velho sente-se magoado com o comportamento do pai e, ressentido, confronta-o. O pai reage afirmando: "Filho, tu estás sempre comigo. Tudo o que tenho é teu. Devemos sentir alegria e contentamento pois pensávamos que o teu irmão estava morto mas ele está vivo, pensávamos que estava perdido mas agora foi encontrado." A parábola ensina que a reconciliação é dificultada se uma pessoa se sente injustiçada mas é facilitada se quem comete o erro procura o perdão.

A caminho da reconciliação, quebrando o ciclo de ódio

As comunidades podem fortalecer-se no espírito de acolhimento, ao retomar contactos entre si e ao construir o espaço para a justiça e a reconciliação. Trata-se de um processo moroso e complexo. Necessita de veracidade, de reconhecimento das ofensas e de esforço para corrigir os erros por mútuo consentimento. Só então pode existir a possibilidade de perdão e a restauração do equilíbrio nas relações comunitárias.

Os perpetradores de abusos de direitos humanos em Timor-Leste desde 1974, que estejam dispostos a admitir os seus crimes e desejem pedir perdão às suas comunidades, podem alcançar a reconciliação através de um processo já consolidado. Alguns desejam, de facto, voltar para as suas famílias, para a sua terra e para as suas comunidades, e contribuir para a reconstrução de Timor-Leste. A violência minoriza o perpetrador. Na procura do retorno e do objectivo de viverem juntos novamente, a afirmação da verdade torna-se parte do caminho a percorrer com vista à recuperação pessoal e à justiça comunitária.

Os membros das comunidades que sofreram privações e que enfrentaram uma luta prolongada pela sobrevivência precisam de viver um processo de recuperação. A violência fere o corpo mas também danifica o espírito. Com o tempo, é possível recuperar. As pessoas precisam de expressar as suas verdadeiras perdas e de serem ouvidas. Mas perdoar não é esquecer ou conceder amnistia. As pessoas tornam-se livres à medida que a verdade é expressa, e que decidem, com determinação, que a situação pode melhorar. Isto exige tempo e esforço de ambas as partes.

Os Timorenses de Leste em Timor Ocidental

A Comissão da Verdade foi proposta nos finais de 1999. Um terço da população de Timor-Leste tinha sido coagida a deslocar-se para Timor Ocidental, Indonésia. Existiam sérias preocupações sobre a segurança destas pessoas e um regresso precipitado. Nos três meses após Outubro de 1999, cerca de 100.000 pessoas regressaram espontaneamente, e desde então vieram outras 120.000. Cerca de 30.000 timorenses permanecem em Timor Ocidental. Talvez voltassem a Timor-Leste se não estivessem sujeitos a intimidações, propaganda negativa e aos efeitos de cinco anos de privação vividos enquanto refugiados. Muitos são pessoas comuns, que sentem saudades dos seus familiares e amigos, e cuja falta também é sentida nas suas comunidades.

O processo e a prática do perdão

O regresso e a reintegração de milícias, de antigos membros da *TNI* e de apoiantes da autonomia colocam um sério desafio. O caso dos funcionários públicos do período 1974/1999 é provavelmente um desafio menor. Alguns poderão desejar permanecer na Indonésia; outros poderão querer voltar. O governo de Timor-Leste afirmou que as boas vindas do 'acolhimento' podem ser extensivas àqueles que decidirem regressar no decorrer do processo de verdade e reconciliação. Muitos grupos e comunidades têm-se esforçado para reintegrar pacificamente os que regressam de Timor Ocidental. Esta é uma homenagem à sua força e paciência.

A Comissão tem procurado mediar o regresso à comunidade dos autores de pequenas infracções, através do processo formal de reconciliação comunitária, que permite às partes interagir, discutir e procurar resolver as questões e as preocupações mais prementes. O espírito de acolhimento permeou o funcionamento deste processo de mediação, combinando-o com a tradição timorense de *lisan*ⁱⁱ: a compensação enquanto elemento de responsabilidade social. Mais de 1.400 dos que regressaram, submeteram-se a este processo de recuperação, fiscalizado pelas Equipas Distritais da Comissão e pelas autoridades locais, de forma a prevenir problemas enfrentados por alguns dos que regressaram mais recentemente. Também com o tempo, os sobreviventes poderão ter a compreensão necessária e readquirir a confiança na sua caminhada para o perdão.

No entanto, as pessoas culpadas de crimes graves têm de aceitar os procedimentos da justiça nos tribunais de Timor-Leste, tal como consagrado na Constituição. E, neste caso, os sobreviventes terão de aguardar pela justiça.

O desafio que os indivíduos, as famílias e as comunidades, e em verdade, que a nação de Timor-Leste enfrentam, é aceitar o processo de restabelecimento da confiança no relacionamento entre as pessoas, de viver confortavelmente em colectivo, e de trabalhar para construir uma sociedade justa.

10.2 Acolhimento e extensão das actividades

10.2.1 Enquadramento

16. Para além dos seus programas para a reconciliação comunitária, o apuramento da verdade e o apoio às vítimas, a Comissão também estabeleceu um programa designado 'Acolhimento'. O Programa de Acolhimento foi criado para responder à situação dos timorenses que se mudaram ou foram levados para Timor Ocidental em 1999, tanto os que regressaram a Timor-Leste, como os que ainda vivem do outro lado da fronteira. Os timorenses começaram a atravessar a fronteira para Timor Ocidental logo em Abril de 1999, estabelecendo-se em campos e aldeamentos no distrito de Belu, que faz fronteira com Timor-Leste. No entanto, o maior movimento de refugiados para Timor Ocidental ocorreu, indiscutivelmente, nas primeiras semanas de Setembro de 1999, após o anúncio dos resultados da Consulta Popular. A maioria destes refugiados foi sujeita a uma evacuação forçada por grupos de milícias armadas e pelos militares indonésios. Os cerca de 250.000 refugiados que fugiram ou foram evacuados à força para Timor Ocidental foram instalados em vários campos de refugiados de grande dimensão, como Noelbaki, Tuapukan e Naibonat em Kupang, dois campos em Kefamenanu, bem como em cerca de 200 outros campos ou abrigos mais pequenos.¹ Na altura, representavam cerca de um terço da população de Timor-Leste. Os soldados indonésios e as milícias timorenses mantinham um controlo apertado do movimento de entrada e saída dos refugiados destes campos, bem como do seu acesso a ajuda humanitária.

17. Foram duas as fases principais de regresso de refugiados de Timor Ocidental. Na primeira fase, correspondente ao período de três meses após Outubro de 1999, mais de 100.000 pessoas entraram em Timor-Leste. Nos três anos seguintes, regressaram 120.000 refugiados em grupos mais pequenos.² Os refugiados regressaram na incerteza de como seriam recebidos nas suas comunidades. Muitos tinham sido apoiantes da integração antes da Consulta Popular e alguns tinham sido membros activos das milícias nas suas comunidades. Alguns descobriram que os seus terrenos e propriedades tinham sido apropriados por outras famílias. O assunto mais destacado no debate mantido na Comissão Directiva, ao desenvolver o trabalho de definição do mandato da

ⁱⁱ O *lisan* é uma combinação de crenças, costumes e tradições do povo de Timor-Leste, variando de comunidade para comunidade, geralmente é um aspecto importante da vida comunitária nas zonas rurais. Na língua indonésia é habitualmente referido como *adat*.

Comissão, centrava-se em torno de como minimizar o conflito entre os refugiados regressados e as suas comunidades de origem. (ver descrição em maior detalhe no **Subcapítulo 1: Seção em Origens da Comissão Enquadramento da Criação da Comissão**).

18. Apesar do grande número de refugiados que regressou, muitos permaneceram na Indonésia. Em Fevereiro de 2002, quando a Comissão foi criada, ainda permaneciam mais de 60.000 refugiados em Timor Ocidental. No dia 31 de Dezembro de 2002, os refugiados foram formalmente declarados residentes de Timor Ocidental e perderam o estatuto de refugiado. Na altura, existiam ainda entre 25.000 a 30.000 timorenses de leste em mais de 150 localidades dispersas por Timor Ocidental. Segundo estimativas do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), em 30 de Novembro de 2004 ainda residiam cerca de 25.000 timorenses de leste em Timor Ocidental.³

19. A vida não é fácil para a maioria destas pessoas. Muitos vivem em condições precárias. A maioria sobrevive através da agricultura de subsistência ou de pequenas bancas de venda de produtos agrícolas e bens essenciais, como óleo, sabão, sal e açúcar.

20. Por outro lado, as comunidades em Timor Ocidental mostram frequentemente o seu desagrado pela presença dos timorenses de leste. Por vezes, os timorenses de leste dedicam-se à agricultura, com ou sem consentimento dos residentes locais. Nalgumas áreas, estabeleceram-se em zonas de floresta, o que criou pressões acrescidas quer sobre o ambiente, de seca, em Timor Ocidental, quer sobre as relações entre os recém-instalados nestas áreas e as comunidades locais. Nas áreas em que os timorenses de leste prosperaram economicamente, em Timor Ocidental, também ocorreram episódios de inveja com os locais. Por fim, de entre os próprios refugiados incluem-se ex-membros de milícias acusados de crimes graves de violência.

21. Embora a vida dos refugiados seja dura, e por mais mal recebidos que sejam em Timor Ocidental, existem inúmeras razões para não voltarem para casa. Os que têm um historial pró-autonomia recebem a discriminação política e económica, não serem aceites nas suas comunidades, e terem de enfrentar procedimento legal. Os que desempenham funções na administração pública indonésia usufruem de uma segurança económica relativa. Muitos desconfiam do futuro económico de Timor-Leste. Para além disso, alguns dos que se encontram em campos e aldeamentos não têm poder de decisão sobre o seu próprio regresso. Ao invés, é o líder de grupo, ou do campo, que toma esta decisão por eles, baseando-se nas suas razões pessoais para não regressar. A Comissão atribui particular importância ao facto de muitos dos refugiados não terem acesso a informação clara e correcta sobre a verdadeira situação em Timor-Leste.

22. O facto de permanecerem ainda tantos timorenses de leste em Timor Ocidental indicia a continuidade de divisões resultantes de conflitos políticos. A Comissão, enquanto instituição de acolhimento, preocupou-se em colmatar esta divisão e ajudar a criar as condições para que timorenses de leste, de todos os quadrantes políticos, se aceitassem mutuamente. Assim, o programa direccionado para Timor Ocidental centrou-se na informação, no diálogo e na criação de um melhor entendimento.

10.2.2 Acompanhamento de refugiados recentemente regressados

23. No âmbito do programa de monitorização, funcionários da Comissão reuniram com refugiados recentemente repatriados para acompanhar a sua situação, prestar informação sobre o processo de reconciliação comunitária, e levar os assuntos apresentados pelos refugiados às autoridades locais, aos Comissários Regionais e funcionários distritais da Comissão, bem como às agências da ONU, tais como o ACNUR e a Organização Internacional para as Migrações (OIM).

24. Durante o ano de 2003, os funcionários da Comissão efectuaram 20 visitas a centros de trânsito de refugiados organizados pelo ACNUR e a OIM: 19 ao centro de Batugade em Bobonaro e uma visita ao centro de Ambeno, em Oecusse. Os funcionários da Comissão também visitaram 33 localidades em sete distritos para onde tinham regressado recentemente refugiados de Timor Ocidental.

Table 1 - Quadro 1: Localidades visitadas por funcionários da Comissão para encontros com os refugiados

Localidades	Data
Leolima (Hatu Udo, Ainaro)	1 de Abril de 2003
Palaka, Memo, Balibo, Raifu (Bobonaro)	9 de Fevereiro de 2003
Maumeta (Liquiça)	10 de Março de 2003
Atabae (Bobonaro)	10 de Março de 2003
Balibo (Bobonaro)	11 de Março de 2003
Maliana (Bobonaro)	11 de Março de 2003
Lauala (Ermera)	24 de Março de 2003
Cassa (Ainaro)	2 de Abril de 2003
Ainaro Vila (Ainaro)	2 de Abril de 2003
Manutasi (Ainaro)	2 de Abril de 2003
Maubessi (Ainaro)	3 de Abril de 2003
Suai Vila, Fohorem, Fatumea, Maucatar (Covalima)	7 de Abril de 2003
Saburai (Maliana, Bobonaro)	4 de Junho de 2003
Marobo, Aidaba-Leten, Maliana (Bobonaro)	23 de Junho de 2003
Cailaco (Bobonaro)	27 de Junho de 2003
Vatuboro, (Maubara, Liquiça)	1 de Agosto de 2003
Riheu (Ermera)	2 de Agosto de 2003
Marobo (Bobonaro)	3 de Agosto de 2003
Leber (Bobonaro, Bobonaro)	8 de Agosto de 2003
Beco, Holabolo (Suai, Covalima)	9 de Agosto de 2003
Guguleur (Maubara, Liquiça)	10 de Agosto de 2003
Hudilaran (Dom Aleixo, Díli)	12 de Agosto de 2003
Gleno (Ermera, Ermera)	16 de Agosto de 2003
Lospalos Lore I (Lautém)	1 de Dezembro de 2003
Lospalos (Lautém)	1 de Dezembro de 2003

25. programa de acompanhamento não era um programa de grande visibilidade. Pelo contrário, o programa consistiu em visitas discretas aos refugiados e suas famílias para avaliar a recepção e a reintegração nas suas comunidades. Os funcionários da Comissão também visitaram os chefes de aldeia e outros líderes comunitários para verificar, informalmente, se o regresso dos refugiados tinha criado problemas nas comunidades.

26. A interacção com o ACNUR e a OIM destinava-se principalmente a coordenar as visitas aos refugiados e a partilhar informação sobre as suas necessidades. O ACNUR e a OIM informaram a Comissão quando apoiaram iniciativas transfronteiriças em que a Comissão poderia participar, nomeadamente as visitas Presidenciais e outras visitas oficiais.

As conclusões da Comissão

27. Muitos dos refugiados regressaram com sentimentos mistos de alienação, de incapacidade para enfrentarem a situação, e de trauma, bem como de incerteza acerca da sua sobrevivência económica e estatuto social. Quando chegaram, depararam com um Timor-Leste que lhes era estranho em muitos aspectos, e cujo sistema legal, governamental e económico, por exemplo, não lhes era familiar.

28. A Comissão notou que a maioria dos refugiados foi bem recebida nas suas comunidades. Nalgumas aldeias, a população ajudou os refugiados a construir abrigos temporários ou proporcionou alojamento às pessoas mais necessitadas. Os refugiados tiveram acesso a recursos comunitários tais como água, clínicas de saúde e escolas. Os refugiados podiam também concorrer a empregos disponíveis no distrito, tais como vagas para professores, enfermeiros e agentes de polícia.

29. Em alguns casos, ex-líderes de milícias foram recebidos nas suas comunidades com palavras duras por parte dos jovens. No entanto, na maioria dos casos, a polícia local controlou rapidamente a situação e manteve patrulhas regulares em áreas onde residiam refugiados recentemente regressados, de modo a prevenir a violência. Surgiram frequentemente conflitos entre os refugiados e a população local, não por causa das diferenças políticas surgidas num passado próximo, mas devido a antigas disputas familiares ou clânicas, relacionadas com a terra ou alegadas infrações às leis tradicionais.

30. maior desafio enfrentado pelos refugiados foi o de encontrar um meio de subsistência. Muitos haviam perdido os seus bens durante a violência de 1999 e, durante os anos passados nos campos de refugiados, não puderam recuperar essas perdas. Com frequência, as disputas sobre a posse de terra ou propriedades tornaram-se na questão de maior relevância. Alguns dos refugiados tinham sido funcionários públicos durante a ocupação indonésia e recebido salários mensais. Ao regressar a Timor-Leste, descobriram que outros tinham ocupado a maioria das limitadas oportunidades de emprego no distrito. Frequentemente, tiveram, juntamente com as suas famílias, que reaprender as práticas da agricultura de subsistência. Em consequência, muitos dos refugiados preferiram reconstruir a vida longe das suas aldeias de origem, deslocando-se para Díli, ou outros centros urbanos, na procura de outros meios para satisfazer as necessidades diárias.

31. Para as mães que se encontram sózinhas e os seus filhos, a sobrevivência quotidiana era ainda mais difícil. Nalguns casos, as mulheres e crianças regressaram a Timor-Leste em condições precárias de saúde, causadas por prolongada má nutrição nos campos. Após o seu regresso, tiveram de semear e aguardar a colheita para se poderem alimentar. Apesar das autoridades locais, as agências da ONU e as ONG terem prestado uma atenção especial a estas famílias, algumas houve que passaram despercebidas.

32. A Comissão tem conhecimento de um pequeno número de refugiados que acabou por voltar para Timor Ocidental. Isto aconteceu, por exemplo, nas aldeias de Lauala (Ermera, Ermera), Leimea (Hatulia, Ermera), Maubara (Maubara, Liquiça) e na vila de Balibo (Balibo, Bobonaro). A Comissão visitou estas aldeias e verificou que os refugiados tinham decidido voltar para Timor Ocidental por razões diversas. Nalguns casos, os refugiados ainda tinham membros da sua família imediata a residir em Timor Ocidental. Noutros casos, os refugiados eram ex-líderes das milícias que ainda não tinham tido a oportunidade de participar no processo de reconciliação comunitária e haviam sido sujeitos a intimidação ou agressões por parte da população local.

Acompanhamento dos refugiados a casa

Os funcionários da Comissão, em colaboração com o ACNUR e a OIM, acompanharam alguns refugiados na sua viagem de regresso a casa. Geralmente, tratava-se de refugiados de alguma forma considerados vulneráveis e este acompanhamento visava reduzir a sua ansiedade. Os seguintes exemplos são apenas três, ocorridos nos meses de Maio e Junho de 2003:

No dia 29 de Maio de 2003, os funcionários da Comissão acompanharam uma mulher e os seus filhos a Laga, Baucau. O seu marido, que era um *Milsas* (um membro da *Hansip* treinado para ser soldado) colocado no comando militar subdistrital em Kupang (Timor Ocidental), fez esta viagem com o seu passaporte indonésio. Ele queria trazer a sua família para casa e, depois, regressar para Timor Ocidental. Ao chegar a Laga, a família foi saudada calorosamente e a população local ajudou a descarregar os seus bens.

No dia 10 de Junho de 2003, um homem de 19 anos regressou sozinho a Leopa (Dato, Liquiça). Os funcionários da Comissão acompanharam-no a casa, onde os seus pais o receberam calorosamente.

No dia 12 de Junho de 2003, os funcionários da Comissão acompanharam um homem de 34 anos de idade e o seu filho de cinco anos à sua aldeia em Aidabaleten (Atabae, Bobonaro). Ele tinha sido membro da milícia *Armui*, mas apesar de ter participado nas patrulhas não tinha cometido qualquer crime. Visitou a sua família seis vezes antes de decidir pelo regresso definitivo. A sua família e a população local receberam-no bem e ajudaram-no a descarregar a carrinha da OIM que transportava os seus bens pessoais.

Reflexões sobre o programa de monitorização

33. As comunidades timorenses têm demonstrado abertura e disponibilidade para receberem os refugiados. No entanto, este facto não deve ser tomado como dado adquirido. É possível que um número significativo de timorenses que ainda se encontra em Timor Ocidental decida voltar nos próximos anos. Além disso, é provável que alguns dos que já voltaram possam enfrentar dificuldades na reintegração plena nas suas comunidades. O grande interesse na continuação das audiências de reconciliação comunitária indica que ainda subsistem muitas questões não resolvidas ao nível local, incluindo questões relacionadas com aqueles que regressaram desde 1999.

34. É importante continuar a monitorizar a situação dos novos refugiados e a trabalhar com as comunidades para prestar o apoio que se revele necessário. Este trabalho pode envolver a sociedade civil, as ONG e vários departamentos governamentais. A necessidade de acompanhar a reintegração dos refugiados e de permanecer alerta quanto a potenciais conflitos que possam surgir devido ao seu regresso é abordada no Capítulo 11: Recomendações.

10.2.3 Extensão do programa a Timor Ocidental

35. A Comissão não foi concebida para ajudar a repatriar os timorenses refugiados em Timor Ocidental. No entanto, as tarefas de promoção do acolhimento e de reconciliação serviram-lhe de forte argumento para contactar os refugiados e informá-los sobre a Comissão e a situação em Timor-Leste. Sendo uma instituição nacional independente, a Comissão queria mostrar aos restantes refugiados que a nova nação de Timor-Leste encarava com seriedade o seu compromisso de construir uma sociedade inclusiva, tendo por base um Estado de Direito e os princípios universais dos direitos humanos. Foi também considerado importante proporcionar aos timorenses de leste, em Timor Ocidental, a oportunidade de participarem no programa de apuramento da verdade através da prestação de testemunhos pessoais perante a Comissão.

36. Nos finais de 2002 a Comissão concebeu e elaborou o seu programa para Timor Ocidental. A Comissão começou a executá-lo no início de 2003, em colaboração com ONG indonésias que já trabalhavam com as comunidades de refugiados em Timor Ocidental.

O programa de extensão a Timor Ocidental

37. Programa da Comissão para Timor Ocidental tinha quatro objectivos principais:

1. Aumentar a consciência e a compreensão do mandato da Comissão entre os refugiados e os líderes comunitários.
2. Facilitar a divulgação de informação sobre as actividades da Comissão nas suas duas principais vertentes de apuramento da verdade e de reconciliação comunitária.
3. Assegurar que, aquando da preparação do Relatório Final, a Comissão ouvisse todos os timorenses independentemente da posição assumida no conflito político.
4. Partilhar com os refugiados timorenses em Timor Ocidental a mensagem de que Timor-Leste deseja seriamente sarar as divisões do passado, e normalizar a vida individual e comunitária com base nos princípios de inclusão e respeito pelos direitos humanos.

38. O programa da Comissão para Timor Ocidental consistiu principalmente na divulgação de informação aos refugiados sobre o programa de reconciliação comunitária e no seu envolvimento no apuramento da verdade. Relativamente ao trabalho de reconciliação, o objectivo não era o de realizar processos de reconciliação em Timor Ocidental. Era antes o de assegurar que as comunidades, incluindo os autores de ofensas menos graves, compreendessem de que forma é que a Comissão poderia ajudar a sua reintegração na comunidade de origem, caso optassem pelo regresso a Timor-Leste.

39. A finalidade de proporcionar às pessoas a oportunidade de apresentarem os seus testemunhos pessoais era a de compilar informação que fosse, simultaneamente, exacta e importante para o trabalho de apuramento da verdade realizado pela Comissão. A Comissão queria ter a certeza que tinha ouvido as histórias das pessoas independentemente da posição assumida no conflito político. Ao assegurar que os timorenses de leste em Timor Ocidental também tinham sido ouvidos, a Comissão esperava contribuir para o processo individual de recuperação destas pessoas.

40. O programa tinha por alvo grupos específicos entre as comunidades que se encontravam em Timor Ocidental. Estes incluíam líderes políticos pró-autonomia e ex-líderes das milícias, indivíduos e grupos que ainda não haviam decidido pelo regresso, as mulheres - por serem provavelmente o grupo com menor capacidade para fazer uma escolha livre sobre o repatriamento -, e aqueles que tinham optado por permanecer em Timor Ocidental mas que tinham passado por, ou tinham conhecimento de, violações de direitos humanos que podiam ser relatadas à Comissão.

Implementação do programa

41. Em Janeiro de 2003, a Comissão convidou cinco ONG de Timor Ocidental para uma reunião na sua sede em Díli, a fim de planear um programa baseado nos quatro objectivos acima delineados.

Todas as ONG tinha tido experiência de trabalho com refugiados timorenses em Timor Ocidental. As ONG eram:

- *CIS* (Centro de Serviços para Pessoas Deslocadas Internamente),
- *TRuK-Flores* (*Tim Relawan Untuk Kemanusiaan*) Equipa de Voluntários pela Humanidade.
- *Lakmas* (*Lembaga Advokasi Masyarakat*) Instituto de Advocacia do Povo Cendana Wangi Organização para Advogar a Oposição à Violência Contra Civis.
- *Yabiku* (*Yayasan Amnaut Bife 'Kuan'*) Fundação de Apoio às Mulheres nas Aldeias.
- *YPI* (*Yayasan Peduli Indonesia*) Fundação Apreensão pela Indonésia.

42. Com o apoio da Fundação para o Fortalecimento das Instituições e Capacidades Locais (*PIKUL*) e do Serviço Católico de Assistência (*CRS*) estas cinco ONG formaram uma coligação para trabalhar em conjunto com a Comissão.

43. A Coligação dividiu-se em quatro equipas, cada uma das quais iria trabalhar num distrito de Timor Ocidental. Três das quatro equipas trabalharam em distritos onde há muito mantinham contacto com os refugiados. O *CIS* trabalhou em Kupang, *Lakmas* e a *Yabiku* em Kefamenanu (Distrito do Centro Norte de Timor Ocidental), e a *YPI* em Atambua (Distrito de Belu). A quarta equipa deslocou-se de Kupang para Soe (Distrito do Centro Sul de Timor Ocidental), e rapidamente conseguiu relacionar-se com figuras de relevo na comunidade dos refugiados.

44. Os representantes da Coligação de ONG deslocaram-se a Timor-Leste em Fevereiro de 2003 para um programa de orientação com a duração de duas semanas. O programa incluiu sessões informativas e de planeamento com Comissários Nacionais e funcionários da Comissão, e fomentou a compreensão do enquadramento, mandato e organização da Comissão. Também foi proporcionada formação nas áreas de direitos humanos e da justiça em processos de transição, e em tarefas específicas tais como a recolha de testemunhos. O grupo realizou visitas a alguns distritos de Timor-Leste para observar as equipas distritais da Comissão a trabalharem nas comunidades. O grupo também assistiu à primeira audiência temática nacional da Comissão, sobre prisão política.

45. Depois, em conjunto com a Comissão, foi elaborado um plano de trabalho para cinco meses que assegurava a todas as comunidades refugiadas em Timor Ocidental a oportunidade de conhecerem a Comissão e de participarem no processo de recolha dos testemunhos.

46. Uma vez iniciado o programa, os Comissários Nacionais e Regionais efectuaram visitas mensais a Timor Ocidental para acompanharem o progresso da Coligação, ajudar a resolver eventuais problemas e contribuir para o processo de informação pública. No seu relatório final à Comissão, a Coligação sublinhou que “as visitas dos Comissários eram como uma locomotiva que motivava os refugiados a assistirem aos debates com os grupos-alvo”. A primeira visita de acompanhamento, nos finais de Março de 2003, foi também utilizada para lançar o programa e divulgar os seus objectivos. Os Comissários reuniram-se com responsáveis do governo provincial e da Igreja, com ONG e com os meios de comunicação social, para conquistar apoios para as actividades do programa. Para que a Coligação pudesse aceder aos campos e obter a cooperação da polícia e dos militares em matéria de segurança, foi particularmente importante a emissão de uma recomendação escrita pelo governador da província de Nusa Tenggara Timur.

Informar a comunidade de refugiados acerca da Comissão

47. primeiro objectivo do programa era partilhar informação com as comunidades de refugiados acerca da natureza da Comissão e da sua potencial relevância.

48. Os dois principais métodos utilizados para informar os refugiados acerca do trabalho da Comissão foram os debates directos com os refugiados e os seus líderes (ver Quadro 2, abaixo) e a divulgação de informação através de jornais, rádio e vídeos. Para estabelecer relações de amizade e confiança, as equipas da Coligação fizeram visitas privadas aos líderes dos refugiados e aos coordenadores dos campos, antes da realização das reuniões comunitárias. Os Comissários

Nacionais e Regionais e os funcionários da CAVR também visitaram os campos e reuniram-se com ex-comandantes das milícias e com líderes políticos pró-autonomia.

49. Foram transmitidas, por uma estação de rádio de Kupang, quinze emissões do programa radiofónico da Comissão, *Dalan ba Dame* (O Caminho para a Paz). A rádio de Timor Ocidental também emitiu conversas com os Comissários e com várias figuras conhecidas dos refugiados, tais como membros da Coligação, um padre de Timor Ocidental e líderes dos refugiados. Os filmes feitos pela Comissão, incluindo uma apresentação da Comissão intitulada *Dalan ba Dame* (O Caminho para a Paz), e vídeos das reuniões de reconciliação comunitária e de várias das audiências nacionais públicas da Comissão, são uma forma atraente dos refugiados tomarem conhecimento do trabalho da Comissão. Por exemplo, os filmes das audiências de reconciliação nas aldeias podem dar aos refugiados a oportunidade de verem imagens dos seus distritos e até das suas aldeias de origem. Os vídeos mostravam visualmente de que forma é que as comunidades estavam a trabalhar para alcançarem a reconciliação. Os filmes e a rádio eram particularmente importantes para se alcançar o público refugiado, dado o seu nível geralmente limitado de alfabetização.

Table 2 - Discriminação por distrito dos debates com os grupos-alvo/reuniões comunitárias

Distrito de Timor Ocidental	Total	Participantes	
		M	F
Belu	33	2681	373
Centro Norte de Timor	31	365	163
Centro Sul de Timor	17	1084	318
Kupang	18	860	146
Total	99	4990 (83%)	1000 (17%)

Fonte: Relatório de Actividade da Coligação de ONG, 13 de Fevereiro de 2003 – 23 de Julho de 2003

50. Os materiais impressos distribuídos nas quatro regiões-alvo incluíram boletins da Comissão, cartazes, revistas e folhetos sobre o processo de reconciliação comunitário, T-shirts da Comissão e um folheto especialmente produzido em conjunto pela Comissão e a Coligação de ONG de Timor Ocidental.

Recolha dos testemunhos

51. A recolha de testemunhos sobre violações de direitos humanos revelou-se difícil para todas as equipas de Timor Ocidental. Nos primeiros meses do seu trabalho, as equipas não recolheram qualquer testemunho, mas antes concentraram os seus esforços no desenvolvimento do relacionamento com as comunidades de refugiados, explicando o mandato da Comissão e o modo como podiam participar nesse trabalho. Dessa forma, as pessoas poderiam decidir se queriam dar o seu testemunho pessoal.

52. A equipa estabeleceu um objectivo modesto que era o de registar 272 testemunhos – este número era coerente com o objectivo definido para a recolha de testemunhos em todo o país, onde também se pretendia a recolha de testemunhos de cerca de 1% da comunidade. Contudo, apenas foram registados 90 testemunhos. São várias as razões que justificam este resultado mas, acima de tudo, reflecte a prudência das comunidades de refugiados no seu relacionamento com a Coligação das ONG e a Comissão. Este tema é desenvolvido em maior profundidade no subtítulo intitulada, 'Reacção dos Refugiados'.

53. Quadro 3 mostra que a equipa de Soe, no Distrito Centro Sul de Timor Ocidental, registou o maior número de testemunhos pessoais. É interessante notar que 12 destes testemunhos foram prestados por refugiados timorenses que trabalhavam com os militares, no quartel-general do comando militar do distrito. A equipa de Atambua, próximo da fronteira com Timor-Leste e com a maior concentração de refugiados, registou o segundo maior número de testemunhos.

54. Apesar do pequeno número de testemunhos recolhidos, foi importante que a Comissão tivesse proporcionado aos refugiados uma oportunidade para darem o seu testemunho pessoal.

Além do mais, o conteúdo dos testemunhos foi uma contribuição importante para o trabalho de apuramento da verdade realizado pela Comissão.

Table 3 - Discriminação dos testemunhos recolhidos por distrito

Distrito de Timor Ocidental	Total	Participantes	
		M	F
Belu	28	23	5
Centro Norte de Timor	9	8	1
Centro Sul de Timor	50	43	7
Kupang	3	3	0
Total	90	77 (86%)	13 (14%)

Fonte: Relatório de Actividade da Coligação de ONG, 13 de Fevereiro de 2003 – 23 de Julho de 2003

A reacção dos refugiados

55. Muitos dos refugiados estavam ansiosos por obterem informações sobre a evolução mais recente de Timor-Leste, particularmente sobre o trabalho de reconciliação comunitária levado a cabo pela Comissão. No entanto, a maioria esmagadora dos refugiados teve uma reacção cautelosa ao Programa para Timor Ocidental. Nalguns casos, ainda que poucos, foi recusado o acesso dos membros da Coligação aos campos; noutros casos, os refugiados não participaram nos grupos de debate quando a oportunidade lhes foi proporcionada.

56. A Coligação de ONG verificou que, no que diz respeito às suas reacções ao trabalho da Comissão em Timor Ocidental, os refugiados podiam ser divididos em três grupos principais: a maioria, que permanecia silenciosa; aqueles que apoiavam a Comissão, quer com entusiasmo quer discretamente; e aqueles que rejeitavam a Coligação de ONG e a Comissão. Esta secção inclui citações de entrevistas de timorenses de leste em Timor Ocidental tal como documentados no Relatório de Actividade da Coligação de ONG, 13 de Fevereiro de 2003 – 23 de Julho de 2003.⁴

57. A maioria dos refugiados optou pelo silêncio. Alguns tinham opiniões bem definidas sobre a reconciliação, mas como a questão tinha sido politizada, optaram por permanecer em silêncio. Outros, 'a massa flutuante', não tinham uma opinião própria e seguiam a orientação da pequena elite que controlava a estrutura de poder dentro dos campos. A Coligação de ONG tinha o cuidado de não pressionar as pessoas, questioná-las ou solicitar as suas opiniões, de modo a proteger a segurança individual. No fundo, o objectivo principal do programa de Extensão era o de prestar informação.

58. Alguns refugiados sentiam orgulho pelo facto de Timor-Leste ter alcançado a independência. Como afirmou um homem de Maubisse (Ainaro):

Nós valorizamos imenso o que os nossos irmãos partilharam connosco e temos grande respeito pela Comissão. A isto pode honestamente chamar-se procura da verdade. Nós também lutámos pelo povo de Timor-Leste apesar das nossas opiniões serem diferentes. Agora que Timor-Leste é independente, nós esperamos que lá eles sintam que eles próprios ganharam, que são eles próprios que possuem Timor-Leste. Até nós, pró-autonomistas, o que realmente queríamos era a independência, mas talvez só dentro de 15 anos, mas os nossos irmãos de lá não tiveram paciência – eles queriam a independência imediatamente...Nós também respeitamos a Fretilin. A oferta que a luta da Fretilin nos concedeu é que Timor-Leste se tornou conhecido e se tornou independente. Nós devemos todos sentir orgulho na sua luta.

59. Dentro do 'grupo que rejeitava' o trabalho da Comissão e da Coligação de ONG encontravam-se refugiados que, a certa altura, até acreditaram que a reconciliação fosse possível. Como afirmou um líder no Campo de Naibonat, nos arredores de Kupang:

Estou cansado de ouvir falar de reconciliação. Eu próprio participei num tal processo em Bali, mas quais foram os resultados? Não houve nenhuns. Nós não sabemos qual será o resultado final do processo de reconciliação da Comissão...mas se a reconciliação ficar-se apenas pelas palavras, a vingança continuará.

60. Outros foram mais hostis. Um refugiado descreveu a Comissão como sendo nada mais do que um projecto para gastar o dinheiro dos doadores, e com uma agenda oculta, nomeadamente a de tornar Timor-Leste no seu Estado-fantoches. Ele perguntou como é que a Comissão, com um mandato de apenas dois anos, conseguiria investigar cabalmente os casos de abusos de direitos humanos que tiveram lugar ao longo de um período de mais de 20 anos. Outros disseram que sentiam que apoiar o programa da Comissão era equivalente a trair a Indonésia. As equipas da Coligação verificaram que alguns dos coordenadores e líderes dos campos, apesar de aparentemente apoiarem a Comissão durante os debates em grupo, mais tarde diziam que tudo o que a Coligação afirmara não passara de uma mentira.

61. Embora durante as suas visitas a Timor Ocidental os Comissários tivessem ouvido muitos comentários negativos e cépticos sobre a Comissão, também ouviram alguns comentários positivos.

62. Os debates com as comunidades refugiadas indicavam que as preocupações anteriores à independência, e relacionadas com o estatuto político de Timor-Leste, tinham sido substituídas por preocupações de natureza económica. Existia um cepticismo profundo sobre a capacidade de desenvolvimento do país devido à existência limitada de recursos humanos, tecnologia inadequada, infra-estruturas de fraca qualidade e enorme dependência da ajuda externa. Também foram expressas preocupações sobre os obstáculos ao repatriamento.

63. Nas suas visitas a Timor Ocidental, os Comissários e os funcionários da Comissão verificaram que as comunidades refugiadas tinham, em suma, um conjunto consistente de reservas sobre o regresso à sua pátria, nomeadamente:

Medo

64. Muitos dos refugiados afirmaram sentir medo do regresso a Timor-Leste porque tinham sabido de refugiados que, ao regressarem, ou visitarem a sua terra, tinham sido vítimas de aterrorização e intimidação, e até de homicídio. Alguns disseram que só voltariam para Timor-Leste se a sua segurança fosse garantida. Outros tinham medo de regressar com receio de enfrentarem procedimento legal. Os que recusaram dar o seu testemunho pessoal também manifestaram este receio. Em geral, estas pessoas invocavam a reconciliação como tendo por base o esquecimento do passado, uma forma de amnésia histórica ou *kore metan massal*.ⁱⁱⁱ

Ostracismo social

65. Alguns refugiados duvidavam da sinceridade do empenho declarado de Timor-Leste em abraçar os antigos apoiantes do regime indonésio. Eles tinham ouvido que os apoiantes pró-autonomia em Timor-Leste eram tratados como cidadãos de segunda ou terceira classe, que sofriam discriminação no emprego e no acesso aos serviços sociais. Outros sentiam que a nova hierarquia social lhes seria muito desvantajosa. Os estrangeiros estavam agora no topo dessa hierarquia, seguidos pelos timorenses que tinham vivido em Portugal, e depois pela elite pró-independência e outros apoiantes da independência, e, em último lugar, os apoiantes da autonomia.

Considerações de carácter económico

ⁱⁱⁱ *Kore metan massal* é uma frase usada por alguns timorenses de leste nos campos de Timor Ocidental e que mistura o tétum e o indonésio. *Kore metan* (tétum) é a cerimónia que marca o final do período de 12 meses de luto (e do uso do negro). *Massal* (indonésio) significa 'em massa', 'de grande dimensão' ou 'em larga escala'. Esta frase era usada por alguns timorenses de leste enquanto falavam com a Comissão em Timor Ocidental.

66. custo elevado das taxas necessárias para entrar em Timor-Leste foi uma queixa recorrente feita durante os debates em grupo, talvez pela sua relevância para os refugiados que desejavam manter o sistema de visitas em vez do repatriamento. Os que ainda trabalhavam como funcionários públicos da Indonésia disseram que, enquanto permanecessem em Timor Ocidental, ganhariam o suficiente para educarem os seus filhos. Um homem perguntou: “Para quê regressar a Timor-Leste onde eu não tenho garantias de emprego?” Uma outra preocupação era a situação do seu património. Muitos afirmaram-se hesitantes em regressar se não podiam recuperar as suas terras e propriedades. Outros expressaram preocupação sobre a dependência de Timor-Leste dos países doadores. Um refugiado de Lospalos (Lautém) no campo de Tuapukan, perto de Kupang, disse aos Comissários e aos funcionários:

Irmãos, vocês deviam dar informação sobre a situação actual de Timor-Leste. Lá a vida está cheia de sofrimento, é um sofrimento contínuo... Vocês sofrem muito mais lá do que nós, irmãos.

67. E continuou, dirigindo-se aos refugiados presentes:

Provavelmente os brancos sentem pena deles e dão-lhes dinheiro para realizarem esta tarefa [de reconciliação]... Será que estes irmãos querem progredir ou voltar para atrás? Para nós, a vida com a República Indonésia é um progresso, [não com] estes irmãos que só vêm com promessas falsas.

Raça

68. Alguns dos refugiados manifestaram uma rejeição total dos estrangeiros brancos, que eram vistos como os que controlavam realmente Timor-Leste. Alguns disseram que não regressariam a Timor-Leste enquanto ainda lá vivessem brancos.

Questões políticas

69. Ainda que a questão da soberania de Timor-Leste não dominasse os debates em grupo, os refugiados expressaram preocupações políticas. Alguns dos refugiados sentiam que o uso do português como língua de instrução nas escolas colocaria os seus filhos numa posição de desvantagem ao regressarem. Outros, eram de opinião que enquanto os três principais partidos de 1974/1975 – UDT, Fretilin e Apodeti – não assumissem responsabilidade pelas suas acções durante aquele período, não haveria reconciliação. Outros insistiam que a reconciliação tinha de começar entre os líderes políticos, e só depois se poderia esperar a reconciliação entre os cidadãos comuns. Ao centrarem-se nos líderes, alguns dos refugiados procuravam a absolvição da sua responsabilidade em actos criminosos, afirmando que eram apenas ‘o povo pequeno’ que nada sabiam ou, simplesmente, tinham seguido ordens. Um refugiado de Baucau, no campo de Tuapukan, resumiu este conceito quando afirmou:

Se os líderes pró-autonomia e pró-independência estão unidos nós iremos certamente regressar porque as coisas que fizemos no passado foram-nos ordenadas e nós, povo pequeno, apenas as executámos, e fomos precisamente nós quem mais sofreu as consequências.

70. Existia a tendência de considerar que o mandato da Comissão para o apuramento da verdade se limitava aos abusos cometidos em 1999. Esta tendência era acompanhada com a exigência de que a história só poderia ‘ser corrigida’ se os abusos cometidos entre 1974/1975 também fossem inteiramente investigados.

Mulheres refugiadas e a reconciliação

71. As mulheres estavam particularmente constrangidas, pelas estruturas de poder existentes nos campos, de se relacionarem livremente com a Coligação de ONG. A posição assumida pelas

mulheres sobre a reconciliação e a repatriação era quase totalmente determinada pelos seus maridos, pais e tios que as tinham trazido para Timor Ocidental. Elas eram económica e fisicamente dependentes destas figuras masculinas, que as intimidavam frequentemente e agiam como sendo os seus principais protectores perante outros homens.

72. Os Quadros 2 e 3 indicam que a extensão deste trabalho às mulheres foi menos eficaz do que aos homens. As equipas da Coligação de ONG observaram que, mesmo quando as mulheres assistiam aos debates dos grupos-alvo, elas raramente falavam ou limitavam-se a concordar com o que estava a ser dito pelos seus maridos ou pelos dirigentes. A Coligação de ONG considerou que existiam vários factores para explicar a participação limitada das mulheres. Uma das razões deriva da cultura patriarcal timorense, onde o papel da mulher se circunscreve à família; a Reconciliação era encarada como uma questão política a ser tratada pelos homens. De uma forma geral, as mulheres também tinham níveis de instrução mais baixos e uma saúde mais débil do que os homens, e eram frequentemente vítimas de abusos físicos e psicológicos.

73. Há muito trabalho ainda por fazer para dar às mulheres o devido acesso à informação e a capacidade de desempenhar um papel activo na tomada de decisão de regressar ou não a Timor-Leste.

Reflexões sobre o programa

74. O programa para Timor Ocidental, com a duração de seis meses e realizado em parceria com as ONG indonésias, foi uma componente importante do trabalho da Comissão. Tendo em conta o seu mandato, o tempo disponível e a limitação de recursos, a Comissão procurou chegar, de forma prática e significativa, aos timorenses de leste residentes em Timor Ocidental. As parcerias estabelecidas com o governo e com as instituições de Timor Ocidental bem como a boa vontade que frequentemente revelaram, constituem a base para um trabalho futuro, que deve continuar a ser uma prioridade dos governos de Timor-Leste e da Indonésia, da sociedade civil e das comunidades em ambos os países.

75. A Comissão reconhece a complexidade e a sensibilidade associadas à implementação de um programa de extensão deste trabalho a Timor Ocidental. A cautela com que a maioria dos refugiados encarou o trabalho da Comissão resultou na incapacidade de recolha do número de testemunhos pretendido. No entanto, e dadas as circunstâncias, foi positivo o facto de muitos refugiados terem tido a oportunidade de contarem a sua história, de tomarem conhecimento dos programas de reconciliação da Comissão e de serem informados sobre a vida em Timor-Leste, recentemente independente.

76. A experiência da Comissão nesta área demonstra que, para se atingir a reconciliação com os refugiados em Timor Ocidental, é necessário empenhamento e pensamento criativo. A complexidade das questões implica que o empenho tenha de ser a longo prazo, envolvendo o governo de Timor-Leste e as instituições e organizações não governamentais, bem como contar com o apoio da comunidade internacional. No ponto 10.3.6: Lições Aprendidas, no final deste capítulo, sugere alguns princípios que devem orientar este trabalho, e as Recomendações da Comissão abordarão esta questão em maior detalhe (ver Capítulo 11: Recomendações).

10.3 Restituir a dignidade às vítimas

10.3.1 Introdução

77. A violência afectou profundamente as pessoas individualmente, as famílias e as comunidades. A Comissão, através de um único programa, não poderia ter esperança de sarar rápida e completamente as feridas profundas sofridas durante 25 anos. Assim, a Comissão desenvolveu um programa multifacetado como modesta contribuição inicial para restituir a dignidade às vítimas de violações de direitos humanos.

78. Foram várias as componentes do programa global da Comissão que procuraram abordar a necessidade nacional de um processo para sarar as feridas do passado. A certos níveis, todo o povo

timorense e a sociedade no seu conjunto foram vítimas dos conflitos políticos de 1974/1999. Por esta razão, a atenção inicial da Comissão, no trabalho de apoio à vítima, foi dirigida no sentido da preparação das equipas distritais para garantir que a vítima seria o centro da abordagem nos processos de apuramento da verdade e de reconciliação da comunidade. Foi frequentemente afirmado que a recolha de testemunhos era o primeiro passo no processo de sarar as feridas. As equipas de recolha de testemunhos pessoais receberam formação de modo a serem sensíveis às necessidades das pessoas que prestavam o seu testemunho, por exemplo, mantendo-se atentas à necessidade de prestar assistência ulterior. Da mesma forma, encaminharam as pessoas mais vulneráveis para os membros da equipa de Apoio à Vítima que, por sua vez, procurou prestar uma assistência especializada. As equipas distritais de reconciliação trabalharam em estreita colaboração com os membros da equipa de Apoio à Vítima na preparação e apoio às vítimas que participaram nas audiências.

79. A Comissão também reconheceu – sem medição do sofrimento individual – que as necessidades de algumas pessoas eram maiores do que as de outras devido à natureza das violações cometidas. A Comissão sentiu-se na obrigação, pelo seu mandato e princípios, de desenvolver programas específicos dirigidos às pessoas com necessidades mais prementes de apoio.

Audiências públicas

80. As audiências públicas proporcionaram, de forma simbólica, o desencadear dos processos de reconhecimento e de restabelecimento ou de sarar das feridas. Estes processos foram iniciados com a recolha do testemunho pessoal de um sobrevivente por um membro de uma equipa distrital. Os primeiros passos para apoiar o processo de restabelecimento foram dados através da audição atenta e recolha das histórias individuais. Alguns dos sobreviventes foram mais além e relataram as suas histórias em audiência pública. A nível nacional, subdistrital e de aldeia, as audiências reposicionaram as vítimas para o centro das suas comunidades. A comunidade escutou e prestou tributo às suas histórias, reconheceu o sofrimento, e ajudou-as a sentir que a comunidade se preocupava e partilhava do seu fardo.

Seminários de restabelecimento

81. Os seminários de restabelecimento foram uma forma de interação mais profunda com os sobreviventes e de prestar apoio emocional e psicológico. Estes seminários proporcionaram um fórum seguro para os sobreviventes poderem conhecer outros que tinham sofrido terrivelmente, para partilhar experiências e reduzir a sensação de isolamento sentida por tantas vítimas. Estes seminários eram também uma forma da Comissão poder conhecer melhor os sobreviventes, conhecer os desafios do seu quotidiano e as áreas em que necessitavam de apoio.

Plano de Reparação Urgente de Danos

82. Plano de Reparação Urgente de Danos foi desenvolvido para lidar com algumas das necessidades mais prementes das vítimas. A Comissão considera que muitos dos sobreviventes continuam hoje a sofrer em consequência do impacto debilitante das violações cometidas contra eles. A reparação de danos é um direito humano fundamental das vítimas. Sendo uma organização fundada nos princípios dos direitos humanos, uma parte importante do trabalho da Comissão foi prestar uma pequena contribuição para a concretização deste direito das vítimas. Por vezes, o impacto que tinha de ser enfrentado com urgência era de natureza física. Noutros casos, era psicológica e, noutros ainda, económica. Através do Plano de Reparação Urgente de Danos, a Comissão aprendeu lições que inspiraram o debate mais alargado sobre o tipo de programa de reparação de danos mais adequado ao contexto de Timor-Leste. Um tal programa só pode ser elaborado tendo em consideração as necessidades e expectativas reais dos beneficiários, bem como as capacidades daqueles que deverão concretizar o programa. As linhas mestras de um tal programa estão delineadas no Capítulo 11: Recomendações.

83. Os Perfis Comunitários resultam do registo das vivências colectivas de uma aldeia ou povoação durante os 25 anos de conflitos políticos. As equipas distritais facilitaram os seminários e ajudaram a criar um registo permanente dos mesmos, colaborando com as comunidades ao escreverem os seus relatos e desenharem mapas esquemáticos mostrando a localização dos eventos-chave. Este processo revelou a intensidade da violência vivida pelas comunidades bem como o valor da tradição oral de Timor-Leste. Os seminários foram inicialmente instituídos enquanto instrumento de pesquisa no trabalho de apuramento da verdade desenvolvido pela Comissão mas, rapidamente, foram considerados momentos preciosos para desenvolver a compreensão, por parte da comunidade, e para sarar as feridas.

84. Esta variedade de abordagens fez com que a Comissão organizasse programas de assistência para apoiar as vítimas em todo o país e atingindo o nível local, que realizasse eventos nacionais de relevo e levasse a cabo actividades de aprofundamento do trabalho com grupos mais reduzidos de vítimas. Esta secção explica resumidamente cada um destes aspectos do programa da Comissão.

10.3.2 Audiências Públicas

85. As audiências públicas ao nível nacional, subdistrital e de aldeia, constituíram uma parte importante do trabalho da Comissão. À natureza variada das audiências correspondiam objectivos diferentes, mas um objectivo fundamental foi comum a todas: a criação de um processo que respeitasse e ajudasse a restituir a dignidade das vítimas de violações de direitos humanos.

86. A Comissão realizou oito audiências públicas nacionais nas quais houve uma apresentação presencial de depoimentos pelos sobreviventes. A primeira foi especificamente designada 'Audiência das Vítimas', e as outras sete foram temáticas incidindo especificamente na violação de direitos humanos.

87. No final do seu programa trimestral, as equipas distritais realizaram uma audiência pública em cada subdistrito. Conhecidas como 'Audiências das Vítimas', centravam-se em certos membros seleccionados, de entre a comunidade, que já haviam dado o seu testemunho pessoal à Comissão, dando-lhes a oportunidade de relatar a sua história aos Comissários Regionais, aos líderes comunitários e à comunidade em geral.

88. As audiências do Processo de Reconciliação Comunitária (PRC) tinham por objectivo ajudar a sarar as relações intra comunitárias, parcialmente através da restituição da dignidade das vítimas. Estas audiências não foram desencadeadas pelas próprias vítimas mas por aqueles que tinham lesado as suas comunidades. Estritamente falando, estas reuniões não estavam dependentes do consentimento ou da participação das vítimas. No entanto, o objectivo da Comissão era tornar estas audiências num processo para sarar as feridas das vítimas e, simultaneamente, restabelecer as relações no seio da comunidade mais alargada.

89. Nalguns dos PRC, o perpetrador identificava a vítima como sendo a comunidade no seu todo, e não apenas um indivíduo. Quando existiam vítimas individuais, a Comissão envolvia-as no processo. De uma forma geral, sentavam-se perante a comunidade ao lado mesa da presidência da audiência. A comunidade tinha o direito de resposta e de colocar questões aos perpetradores e, por vezes, membros da mesa consultavam as vítimas para determinar qual deveria ser o 'acto de reconciliação' adequado a determinado depoente. Deste modo, a audiência proporcionava o reconhecimento social quanto aos danos sofridos pela vítima, e também mostrava que a vítima tinha evidenciado a sua generosidade ao ajudar a reintegrar o ex-perpetrador na aldeia.

90. Capítulo 9: Reconciliação Comunitária deste relatório, aborda mais detalhadamente o papel da vítima nas audiências de reconciliação comunitária. A secção do presente capítulo relativa às audiências aborda as nacionais e subdistritais.

Objectivos das audiências públicas

91. As audiências públicas nacionais e subdistritais foram uma componente importante do trabalho da Comissão. Destinavam-se a fomentar a compreensão nacional relativamente à verdade sobre violações de direitos humanos cometidas no passado e o impacto profundo que causaram à vida dos indivíduos, das famílias, das comunidades e da nação. Ao centrarem-se no testemunho pessoal dos sobreviventes, as audiências educavam o público sobre os direitos humanos e sobre a força das histórias que a todos tocavam em Timor-Leste. A partir do pequeno número de sobreviventes que depôs, as pessoas em todo o país reconheciam as suas próprias experiências e as da sua família.

92. A utilização dos meios de comunicação social foi importantes para o sucesso das audiências nacionais. A televisão e a rádio nacionais transmitiram, para todo o país, as audiências em directo e na sua quase totalidade, repetindo-as com regularidade. Tal garantiu que os detentores do poder de decisão a nível nacional, também ouvissem as histórias e os pontos de vista das vítimas de violações de direitos humanos.

93. As audiências públicas não foram processos judiciais ou de investigação formal e não seguiram as normas de processo legal e de prova. Os perpetradores não depunham, nem se colocaram perpetradores e vítimas frente-a-frente. As audiências visavam demonstrar de forma clara a dimensão humana das violações de direitos humanos cometidas em Timor-Leste, estimular a reflexão sobre os factores e padrões subjacentes a essas violações e criar um compromisso nacional em torno da determinação de 'nunca mais'. A exposição da verdade foi utilizada para promover o compromisso pessoal e comunitário para com a reconciliação.

Seleção de vítimas para testemunhar

94. De entre as vítimas que tinham prestado o seu testemunho pessoal às equipas distritais de apuramento da verdade, os funcionários da Comissão seleccionaram as pessoas que iriam depor nas audiências. Entre os critérios utilizados incluiu-se o à-vontade da vítima em depor publicamente, o grau de benefício que uma tal experiência traria à vítima, a credibilidade do seu testemunho, a contribuição da sua história pessoal para a reconciliação através do reconhecimento da verdade, e se a vítima era representativa de outras com experiência semelhante, mas que não tinham tido a oportunidade para depor.

95. As equipas distritais da Comissão para o apuramento da verdade recolheram 7.824 depoimentos e cerca de 90% dos depoentes afirmaram-se disponíveis para testemunhar em audiência pública. A maioria das pessoas considerou ser importante poder contar a sua história perante a comunidade e perante a Comissão. Esta foi uma das razões pela qual o modelo das audiências públicas nacionais foi alargado ao nível subdistrital.

96. A história de Iria Moniz demonstra como muitos sentiram que era importante dar o seu testemunho e contar a sua história pessoal numa audiência da Comissão.

De uma aldeia remota a uma audiência pública

Para Iria Moniz, a oportunidade de compartilhar a sua vivência numa audiência pública foi uma forma de premiar a sua dedicação e perseverança. Ela recorda:

Inicialmente não sabia sobre a vinda da Comissão à nossa...aldeia porque o chefe de aldeia não nos informou. Vivo numa aldeia remota de acesso difícil a carros e motos por não existir estrada. Foi por isso que a informação não nos chegou. Por isso, depois da Comissão se ter ido embora...eu fui pessoalmente à sua procura à sede da Comissão em Maliana, para dar o meu testemunho...Senti que o seu programa era importante porque tinha sofrido muito durante o tempo da guerra...Quando cheguei à sede da Comissão em Maliana, fizeram-me sentir bem-vinda e entrevistaram-me. Não tive receio de dar o meu testemunho à Comissão. A Comissão também me proporcionou a oportunidade de falar publicamente sobre a minha dor e sofrimento. Não me pressionaram para participar na Audiência Pública de Bobonaro. Eu mesma é que queria participar, de modo a partilhar o fardo que tinha carregado durante todos estes anos. Depois de ter feito isso, senti-me mais leve por dentro.⁵

97. Tanto nas audiências nacionais como nas subdistritais, a Comissão também seleccionou os sobreviventes tendo em vista o equilíbrio geográfico, procurando incluir eventos ocorridos em períodos diferentes e nos quais tinham estado envolvidos um número alargado de grupos perpetradores. Também procurou o equilíbrio entre vítimas masculinas e femininas. Era importante que a Comissão cumprisse estes critérios, para que a comunidade pudesse compreender que a Comissão era uma entidade politicamente neutra, com um mandato para investigar violações de direitos humanos no contexto do conflito político, indiferentemente de quem as tivesse cometido.

98. Apesar de as audiências não tentarem juntar vítimas e perpetradores, existia sempre a possibilidade de poderem ser alimentadas tensões locais, especialmente nas audiências comunitárias subdistritais. A Comissão não tinha a capacidade de garantir a protecção das testemunhas e dependia da polícia do subdistrito para proporcionar segurança. Sempre que a vítima sentia que o seu depoimento poderia levantar problemas de segurança pessoal, a Comissão desencorajava a apresentação do depoimento em audiência pública.

Audiências públicas nacionais

99. A primeira audiência nacional da Comissão foi realizada nos dias 11 e 12 de Novembro de 2002, no auditório do complexo em Balide, Díli, anterior sede da UNAMET e, posteriormente, do CNRT. Três anos antes, milhares de pessoas tinham-se refugiado neste complexo aquando da violência após a Consulta Popular de 1999. A data foi escolhida de modo a coincidir com o 11º aniversário do Massacre de Santa Cruz, em 12 de Novembro de 1991. Tanto o local como a data indicavam que as audiências se destinavam a honrar o sofrimento das vítimas de violações de direitos humanos.

100. Esta audiência foi designada por 'Audiência das Vítimas', e recebeu o título de Ouçam as Nossas Vozes (*Rona Ami-nia Lian*, em tétum). Foram ouvidos os depoimentos de seis mulheres e de oito homens provenientes de todos os 13 distritos de Timor-Leste. Com idades compreendidas entre os 20 e os 70 anos, descreveram violações ocorridas ao longo dos 25 anos cobertos pelo mandato da Comissão. Descreveram actos de violência durante o conflito interno de 1975, cometidos pelos partidos políticos timorenses, e durante os anos de violações às mãos dos militares indonésios e dos seus agentes.

101. A Rádio Timor-Leste e a Rádio *Rakambia* transmitiram a audiência em directo e vários órgãos de comunicação social internacionais asseguraram a cobertura.

102. A Audiência incluiu cerimónias tradicionais timorenses, a actuação de coros, recitais de poesia e palestras. Foi encerrada com uma missa e uma procissão ao cemitério de Santa Cruz, onde foram colocadas coroas de flores em homenagem às vítimas do massacre de 1991. Este elemento cultural da audiência contribuiu para criar um ambiente acolhedor para aqueles que iriam testemunhar e para estabelecer uma distinção clara entre a audiência e os procedimentos jurídicos formais de um tribunal. A inclusão da cultura timorense, tradicional e contemporânea, tornou-se uma característica importante de todas as audiências da Comissão.

103. Depois do juramento perante os Comissários Nacionais, foi proporcionada aos sobreviventes a oportunidade de contarem as suas histórias de forma ininterrupta. Após cada depoimento, os Comissários podiam colocar algumas perguntas breves se considerassem que a história da vítima necessitava de alguma clarificação. Este formato criou uma dinâmica onde quem prestava depoimento falava não só para os Comissários, mas também directamente àqueles que assistiam à audiência e a um público mais alargado que acompanhava as emissões da rádio e da televisão. Esta oportunidade de se dirigirem directamente à Comissão e ao público, em geral, foi um aspecto importante do respeito pela dignidade dos sobreviventes.

Ouçam as Nossas Vozes - Rona Ami-nia Lian

Na primeira audiência pública da Comissão foram ouvidas seis mulheres e oito homens, vítimas de violações graves de direitos humanos, provenientes de todos os distritos de Timor-Leste. Teve lugar nos dias 11 e 12 de Novembro de 2002, como contribuição para as comemorações do massacre de Santa Cruz em 1991 e para honrar as vítimas desta atrocidade.

Teresinha da Silva, de Aileu, uma senhora idosa de estatura pequena, falou da concentração forçada da população civil, em campos, imposta pela Fretilin em 1975, antes da invasão indonésia e da subsequente morte pela fome de mais de 20 membros da sua família.

VN contou como foi mantida em cativeiro numa base militar indonésia em Ermera, de 1977 a 1978, numa situação de escravatura sexual. Ela contou como deu à luz duas crianças, uma das quais morreu. Também contou como ela e o seu filho continuam a ser ostracizados pela sua comunidade.

Atanácio da Costa falou de um ataque das milícias à porta de sua casa em Oecusse, em Abril de 1999. Cortado repetidamente com catanas, caiu no chão, onde foi golpeado no recto com o cano de uma espingarda. Ele encenou partes do incidente para mostrar como é que tinha sido atacado quando estava deitado indefeso no chão e despiu a sua camisa para mostrar as cicatrizes resultantes deste ataque. Ele explicou aos Comissários o tratamento médico que tinha recebido para curar os ferimentos, incluindo dez operações e falou dos efeitos debilitantes que o ataque ainda tinha sobre o seu quotidiano.

Durante o último depoimento da audiência, uma jovem de Suai (Covalima) levou a audiência às lágrimas. Uma jovem de dignidade serena, ela contou a sua experiência após o massacre de civis na Igreja de Suai, depois da Consulta Popular de 1999. Levada para uma escola próxima com outras mulheres, ela foi repetidamente violada frente a outras pessoas, durante uma semana. Depois foi levada para Timor Ocidental, onde continuou a ser submetida a violência sexual. Deu à luz uma criança em resultado dos ataques a que foi sujeita. A jovem perguntou à audiência se podia apresentar a sua bebé de um ano de idade. A audiência gritou, "Sim, por favor!" e a sua bebé, de um ano de idade, foi levada ao palco pela sua tia. Tendo recebido o nome da anterior Alta-Comissária para os Direitos Humanos da ONU, que em 2000 tinha visitado esta jovem e outras mulheres sobreviventes de Suai, a sua bebé é um verdadeiro símbolo do processo de restabelecimento e da valorização dos direitos humanos em Timor-Leste.

No auditório as pessoas choravam em grupo e apoiavam-se mutuamente. Estas histórias faziam renascer as recordações de outras experiências traumáticas. Uma jovem, rodeada por um grupo de amigos em lágrimas, recordou o assassinato do seu marido, apenas um dia após o seu casamento, em Agosto de 1999. Uma semana depois da Audiência, a equipa da Comissão que visitava a aldeia de Nitibe, localizada numa encosta no enclave de Oecusse, uma das zonas mais remotas de Timor-Leste, ouviu da população como tinham acompanhado a cobertura directa das audiências pela rádio e tinham chorado ao ouvir o depoimento dela.

Aniceto Guterres Lopes, o Presidente da Comissão, resumiu a reacção de todos os presentes:

Durante estes dois dias de audiência, contaram-nos o vosso sofrimento, mas queria dizer-lhes que não estão sozinhos. Através das vossas histórias partilharam connosco a vossa dor, que agora todos nós sentimos. Hoje vocês podem ver como é que as histórias do vosso sofrimento nos afectaram. Nós abrimo-vos os nossos corações.

Audiências temáticas nacionais

104. As outras sete audiências nacionais tiveram características ligeiramente diferentes. Cada uma centrou-se num tema, baseado nas diferentes áreas do trabalho com vista ao apuramento da verdade desenvolvido pela Comissão. Os temas foram:

- Prisão por Motivos Políticos (Fevereiro de 2003),
- Mulheres e Conflito (Abril de 2003),
- Deslocamento Forçado e a Fome (Julho de 2003),
- Massacres (Novembro de 2003),
- O Conflito Político Interno de 1974/1976 (Dezembro de 2003),
- Autodeterminação e a Comunidade Internacional (Março de 2004),
- Crianças e Conflito (Março de 2004).

105. A maioria das audiências teve a duração de dois dias, se bem que as audiências sobre Massacres e Autodeterminação e a Comunidade Internacional tenham tido a duração de três dias e O Conflito Político Interno de 1975/1976 se tenha prolongado por quatro dias.

106. formato das audiências temáticas nacionais consistia, principalmente, na apresentação de testemunhos directos por sobreviventes de violações relacionadas com o tema da audiência. Foram prestados 10 depoimentos de sobreviventes em cada audiência. A Comissão também ouviu os depoimentos de peritos e exposições de organizações e indivíduos com conhecimentos especializados sobre o tema, adquiridos quer através do seu trabalho em Timor-Leste ou do estudo sobre o assunto. Os depoimentos dos peritos ajudaram a Comissão e o público a contextualizar os depoimentos pessoais das vítimas e a adquirir uma melhor compreensão de algumas das causas e dos padrões das violações.

107. Duas das audições tiveram um formato ligeiramente diferente. Na audiência sobre O Conflito Político Interno de 1974/1976 foram prestados depoimentos por quatro vítimas de violações durante esse período, mas também foram ouvidas pessoas que pessoalmente, ou cujo partido, tinham desempenhado um importante papel histórico nos acontecimentos de 1974/1976. Entre os oradores que tinham desempenhado um papel directo nesses acontecimentos, designados por 'agentes do processo', estavam o Presidente de Timor-Leste, Xanana Gusmão, o primeiro-ministro, Mari Alkatiri, o Prémio Nobel de Paz e ministro dos negócios estrangeiros, José Ramos-Horta e o eis Presidenti Fretilin, Francisco Xavier do Amaral.

108. Não foram apresentados depoimentos de vítimas na audiência sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional, realizada em Março de 2004. Em seu lugar, a Comissão ouviu apresentações sobre as políticas de governos estrangeiros relativas a Timor-Leste durante os anos 1974/1999 e sobre a actividade da sociedade civil internacional em nome de Timor-Leste durante o mesmo período. Também foram ouvidos depoimentos sobre o papel dos timorenses no exílio.

109. Do ponto de vista do público, a Audiência nacional das Vítimas e as audiências temáticas nacionais foram, provavelmente, o ponto mais alto do trabalho da Comissão. Mereceram cobertura integral por parte dos meios de comunicação social nacionais, foram acompanhadas em todo o país e relatadas nos meios de comunicação internacionais. A sua grande visibilidade pública tornou-as numa ferramenta excepcionalmente eficaz no gerar de maior compreensão e no apoio às vítimas e ao trabalho da Comissão. A principal voz ouvida pelo público neste diálogo nacional sobre as violações de direitos humanos cometidas no passado foi a das vítimas.

Momentos de maior destaque nas audiências nacionais

110. Entre os momentos de maior destaque nas audiências, sobressai a inauguração da sede nacional da Comissão na Comarca, a antiga prisão de Balide. A sede foi inaugurada com uma audiência sobre Prisão por Motivos Políticos, que contou com os depoimentos de antigos prisioneiros, incluindo alguns que tinham estado detidos na Comarca. A audiência sobre Mulheres e Conflito permitiu uma percepção mais clara sobre a vida e o sofrimento das mulheres durante os anos do conflito. Na audiência sobre os Massacres, os sobreviventes testemunharam sobre alguns dos actos mais brutais das épocas em causa. Testemunhas oculares descreverem não só os acontecimentos mais marcantes, como o Massacre de Kraras, em 1983, o Massacre de Santa Cruz, em 1991 e o Massacre da Igreja de Liquiça em 1999, mas também alguns incidentes menos

conhecidos ocorridos durante o período de conflito partidário, depois da invasão indonésia de Díli e durante a parte final dos anos 70 e o início dos anos 80.

111. A audiência sobre Deslocamento Forçado e a Fome centrou-se na experiência dos que tinham sobrevivido aos acontecimentos terríveis que causaram o maior número de mortos durante os 25 anos cobertos pelo mandato da Comissão. Nunca antes haviam sido, publicamente, ouvidos os relatos das vítimas sobre os bombardeamentos incessantes da população que fugiu para as montanhas após a invasão, sobre os campos onde eram detidos os que se rendiam ou eram capturados e sobre a ilha-prisão de Ataúro.

112. Para muitos, a audiência de Dezembro de 2003 sobre O Conflito Político Interno de 1974/1976 será um momento inesquecível do trabalho da Comissão. Pela primeira vez, os dirigentes de Timor-Leste falaram publicamente num fórum oficial sobre a violência entre timorenses durante o período 1974/1976. Era grande a incerteza quanto à forma como os dirigentes políticos iriam reagir a esta oportunidade. No final, aqueles que foram inimigos políticos expressaram humildade e pesar perante o que tinha acontecido, aceitaram a responsabilidade e demonstraram publicamente o espírito da reconciliação, tornando a audiência num acontecimento significativo da história da nação.

113. A audiência sobre Autodeterminação e a Comunidade Internacional proporcionou uma oportunidade rara aos timorenses para reflectirem sobre a influência do contexto internacional mais vasto sobre a sua longa luta pela autodeterminação. Os depoimentos de amigos de longa data de Timor-Leste, tais como David Scott e James Dunn da Austrália, Arnold Kohen dos EUA, a Irmã Mónica Nakamura do Japão, Luísa Teotónio Pereira de Portugal e o alto funcionário da ONU, Francesc Vendrell, lembraram-nos que, mesmo nos momentos mais difíceis da ocupação, existiam pessoas em todo o mundo que defendiam o direito de Timor-Leste à autodeterminação. O depoimento de Ian Martin, o Representante Especial do Secretário-Geral durante a UNAMET, lembrou aos timorenses que a dor não terminou no momento em que comunidade internacional reconheceu a responsabilidade que detinha no exercício do direito colectivo à autodeterminação.

114. Os depoimentos prestados por defensores dos direitos humanos da Indonésia, tais como grandes amigos dos presos políticos timorenses, Ade Rostina Sitompul e Luhut Pangaribuan, por membros e funcionários da Comissão Nacional sobre Violência Contra as Mulheres, por membros da equipa das ONG humanitárias de Timor Ocidental e pelos activistas de direitos humanos, Yeni Rosa Damayanti e Nugroho Katjasungkana, foram pujantes por si só, mas também enquanto símbolos poderosos da esperança por um novo relacionamento com a Indonésia, baseado nos princípios dos direitos humanos. Também nos recordaram da existência de cidadãos indonésios que correram grandes riscos para defenderem os direitos humanos em Timor-Leste.

115. Muito apropriadamente, o tema da última audiência foi Crianças e Conflito, pois não só realçou a luta trágica das crianças-vítima, mas também transmitiu a determinação e a energia da nova geração do país.

116. O impacto que estas audiências públicas tiveram em todo o Timor-Leste transformaram-nas num importante marco do trabalho da Comissão. A Comissão publicou brochuras sobre cada uma das Audiências. Ao disponibilizar ao povo de Timor-Leste e à comunidade internacional um registo permanente, é desejo da Comissão que as lições proporcionadas continuem a repercutir-se.

Discurso de abertura da Audiência Pública Nacional sobre o Conflito Político Interno de 1974/1976 pelo Bispo D. Basílio do Nascimento

Porque é que estamos hoje aqui reunidos? Por causa de uma época histórica, por causa das feridas do passado, todo o povo timorense esteve à espera...para que possamos fazer a reconciliação. Reconciliação pelo sofrimento passado, pela nossa terra. Todos os timorenses sofreram. Nós, o povo timorense, precisamos de nos reconciliar connosco próprios, com a nossa terra e com a nossa história. Sabemos que é uma boa ideia, mas de difícil realização. Ouvimos palavras de justificação e racionalização: "Eu fiz isto por causa da guerra"...Precisamos de as examinar.

Sobre a moralidade - a reconciliação connosco próprios só poderá acontecer quando formos capazes de nos libertar dos remorsos. Se não, haverá sempre uma voz a falar connosco, sempre a chamar, nas nossas cabeças, nas nossas mentes. É por isso que eu digo que a reconciliação só pode ser alcançada quando formos capazes de nos libertar dos remorsos. Podemos produzir todo o tipo de razões e argumentos intelectuais, mas quando não estamos reconciliados connosco, estamos divididos. Não só como uma nação ou como grupos, mas também no nosso íntimo como uma personalidade dupla: dizemos uma coisa e fazemos outra.

Sabemos que os nossos mortos nunca irão regressar, mas precisamos de saber as circunstâncias da sua morte. O que nós, timorenses, queremos dizer com justiça, é algo específico. Tenho verificado que os timorenses não estão à espera que os perpetradores sejam punidos. Isto depende do Estado quando o filho da tia Maria é morto nas montanhas para o timorense comum, a justiça implica limpar o nome, e assegurar que as pessoas não sejam esquecidas (as vítimas) [Excertos do discurso de 15 de Dezembro de 2003]

Audiências das vítimas dos subdistritos

117. As equipas distritais trabalharam em cada um dos subdistritos, do respectivo distrito, durante cerca de três meses. Neste período, recolheram testemunhos pessoais no processo de apuramento da verdade, facilitaram as audiências de reconciliação comunitária, realizaram seminários de Perfil Comunitário e apoiaram as vítimas de violações de direitos humanos.

118. No final do período de três meses a equipa organizou uma audiência pública em cada subdistrito, conhecida como Audiência das Vítimas do subdistrito. Para estes eventos foram convidados os funcionários da administração civil local e os líderes tradicionais e comunitários do subdistrito e do distrito, bem como os Comissários e funcionários da sede nacional. Nas audiências, a equipa distrital relatou à comunidade as actividades mantidas durante os três meses anteriores. Posteriormente, foram apresentados depoimentos por alguns membros seleccionados da comunidade, que já tinham prestado o seu testemunho pessoal à equipa distrital. Geralmente eram apresentados entre quatro a seis depoimentos.

119. As Audiências das Vítimas do subdistrito foram inspiradas no impacto poderoso das audiências nacionais e no desejo manifestado por muitas vítimas de prestarem o seu testemunho. As audiências foram uma homenagem aos que não tinham sobrevivido e uma celebração da sobrevivência das comunidades e, num espírito de reconciliação, do seu empenho em sarar as divisões do passado. Foram também uma oportunidade de partilhar os resultados do trabalho realizado nos três meses anteriores, de reenfatar que uma das tarefas da Comissão era ajudar a restabelecer a dignidade das vítimas no seio das suas comunidades e de encerrar as actividades da Comissão no subdistrito numa atmosfera de celebração.

120. Foram realizadas um total de 52 Audiências das Vítimas nos subdistritos. Foram prestados depoimentos por 65 mulheres e por 149 homens e assistiram às audiências cerca de 6.500 membros das várias comunidades.

Uma audiência num subdistrito: Natarbora

Natarbora é um subdistrito no interior remoto sudoeste do distrito de Manatutu. A equipa distrital de Manatutu da Comissão trabalhou neste subdistrito entre Fevereiro e Maio de 2003. A audiência deste subdistrito, para marcar o encerramento da participação comunitária nas actividades da Comissão, teve lugar no dia 12 de Maio de 2003 e contou com a assistência de um grande número de membros da comunidade.

Nesta audiência, três vítimas de abusos de direitos humanos depuseram perante a Comissão e a sua comunidade. Os seus depoimentos incidiram sobre eventos que tinham tido lugar em fases determinantes do conflito, entre 1975 e 1999.

A Senhora Filomena (apelido não revelado) falou da sua experiência entre 1975 e 1979, enquanto membro da organização de mulheres, OPMT, e do apoio aos soldados da Falintil. Ela contou como foi capturada em 1980, depois de um dos membros da sua família ter informado os militares sobre as suas actividades; ela disse que ele agora vive na Indonésia. Contou como foi torturada, por soldados indonésios, durante o interrogatório. Depois, contou que, em 1999, o seu quiosque tinha sido totalmente queimado pelos militares indonésios com a ajuda de timorenses, incluindo o administrador do subdistrito. Ela afirmou que, caso eles regressassem à sua comunidade, ela seria capaz de os aceitar de volta.

RM falou dos acontecimentos trágicos que sobrevieram à sua família em 1977/1978. Ele contou como, depois do seu pai se ter rendido aos militares indonésios, os membros das Falintil violaram a sua tia que, na altura, era uma jovem solteira. Disse que o tinham ameaçado de morte caso tentasse impedir a violação. Ele contou como, pouco tempo depois desta violação, a sua mãe e cinco irmãos mais novos, juntamente com a sua tia, foram todos mortos pelos militares indonésios, perto do mar.

João Graciano narrou a sua experiência de cativo depois de se render aos militares em 1982, em Soibada. Ele, o seu pai, o irmão mais novo e sete outros civis foram presos durante seis semanas, durante as quais, segundo ele, mal receberam qualquer alimento. Depois de serem libertados, ele e o seu irmão mais novo foram levados pelos militares indonésios para se tornarem *TBO* (*Tenaga bantuan operasi*, auxiliares de operações). Ele disse que foram obrigados a trabalhar durante quatro meses como *TBO*, na floresta perto de Barique. Depois, os militares ordenaram aos membros da *Hansip* que os prendessem em Soibada. Enquanto estiveram detidos, os dois foram severamente espancados por mais de dez soldados e pelos membros da *Hansip*, a tal ponto que o seu irmão ainda sofre dessas consequências físicas.

A audiência proporcionou uma ocasião para honrar a experiência de indivíduos que sofreram durante o período do mandato da Comissão, bem como para contar e honrar a experiência da população da Natarbora, em geral, durante esses anos e para recordar os que morreram. A audiência foi gravada e difundida pelo programa semanal de rádio da Comissão e, desta forma, as experiências da população desta área remota foram partilhadas com comunidades em todo o Timor-Leste.

Impacto da participação das vítimas

121. A Comissão realizou um estudo entre Janeiro e Março de 2004 dos participantes nas Audiências das Vítimas nos subdistritos. Este subtítulo inclui reacções de timorenses tal como documentadas neste estudo.⁶ Dado que a participação nas audiências era voluntária, não surpreende que as vítimas entrevistadas tenham considerado as audiências uma experiência positiva.

122. Carlos Vitorino, de setenta anos, exprimiu um sentimento partilhado por muitos participantes:

Sinto-me feliz porque as pessoas de Viqueque e as pessoas importantes de Díli vieram para ouvir pessoalmente as nossas palavras...Sinto-me satisfeito.

123. Domingas Piedade, que participou na Audiência das Vítimas do subdistrito de Quelicai, enfatizou a importância que o reconhecimento do seu sofrimento e o dos outros tinha tido para o sarar das suas feridas:

Sinto-me feliz porque tive a oportunidade de me expressar...Todas as coisas relacionadas com a audiência foram boas porque sararam as nossas preocupações.

124. Teófilo Da Costa Barros, de Lolotoe (Bobonaro) disse que o seu fardo tinha sido aliviado pela audiência:

Depois de depor na audiência pública senti-me leve, porque me tinha aliviado de um fardo emocional. Este fardo foi levantado e agora deixei de me preocupar. Também me libertei do ódio que sentia para com as pessoas que me magoaram no passado. Agora hei-de sempre recebê-las de braços abertos.

125. Tito Soares de Araújo, do subdistrito de Cailaco (Bobonaro), comentou que tinha gostado muito da audiência:

Sinto que a audiência foi fantástica, realmente boa...agora sinto-me leve e feliz porque o fardo que estava no meu coração foi aliviado.

126. Lourença da Cunha Moniz, do subdistrito de Maliana (Bobonaro), exprimiu a sua satisfação por ter podido gravar para a posteridade o que lhe tinha acontecido:

Não estou a guardar no meu coração as coisas más que me aconteceram. Irei contá-las, para que possam ser registadas na história, para os nossos filhos e netos.

127. Muitas vítimas mencionaram a importância das audiências para as suas famílias e para as relações entre a comunidade. Normalmente, as famílias e os amigos davam às vítimas o apoio necessário antes, durante e depois das audiências. Florentina Gama, que depôs na audiência de Balibó (Bobonaro), disse que muitos membros da sua família e da comunidade se tinham unido à sua volta. Ela disse:

Quando participei na audiência, muitos dos meus familiares apoiaram o meu desejo de falar em público. Eles não se opuseram. Eles ficaram gratos por eu poder contar a história do meu sofrimento ao longo de toda a minha vida e por os líderes a poderem ouvir e cuidar de nós...Depois de ter testemunhado na audiência pública, os meus vizinhos e família não ficaram aborrecidos comigo. Estavam contentes porque eu tinha representado as vítimas da minha cidade e contado o sofrimento vivido por cada uma das famílias.

128. A resposta inicial da família de Lourença da Cunha foi de surpresa, porque nunca tinham ouvido a história dela. Durante a audiência, a família chorou com a Lourença:

Quando testemunhei na audiência, a minha família ficou surpreendida porque eu tinha guardado a minha história em segredo. Só quando a Comissão veio é que eu partilhei a minha dor e o meu sofrimento em público e perante as autoridades locais...Quando testemunhei na audiência pública os membros da minha família e os meus amigos também ficaram tristes e choraram por causa do sofrimento pelo qual eu tinha passado.

129. Mas outras vítimas enfrentaram reacções mais diversificadas por parte da família e da comunidade. Quando Teófilo da Costa Barros, de Lolotoe (Bobonaro), decidiu participar na audiência fizeram-se sentir as reacções de silêncio e indiferença, ainda que não de hostilidade aberta, por parte da sua família e vizinhos:

Quando eu fui participar na audiência, ninguém da minha família me apoiou. Eles não disseram nada. Depois de eu testemunhar publicamente na audiência, quando voltei a casa, a minha família e vizinhos não me ameaçaram nem mostraram raiva.

130. No subdistrito de Bobonaro (Bobonaro), Iria Moniz, uma antiga líder clandestina na sua aldeia, disse que inicialmente a sua família a tinha acusado de trair Xanana Gusmão por estar a testemunhar na audiência. No entanto, após a audiência, afirmou:

Muitas pessoas sentiram-se tristes e algumas abraçaram-me e choraram porque a minha história lhes tinha tocado o coração.

131. A experiência de Iria Moniz salienta o facto que o debate sobre a violência cometida por timorenses contra timorenses, nas suas comunidades, continua a ser um assunto sensível, mesmo quando os incidentes ocorreram há vários anos. A pressão para se manter o silêncio pode ser muito forte e pode isolar ainda mais as vítimas no seu sofrimento. Esta realidade tem de ser levada em conta quando forem considerados futuros programas para fomentar a reconciliação a nível comunitário.

Impacto das audiências públicas

132. As Audiências das Vítimas foram uma experiência, de dimensão nacional, de como ouvir as vozes das vítimas e confrontar a verdade e o impacto das violações de direitos humanos cometidas no passado. Elas estabeleceram a base para um maior diálogo a nível nacional e comunitário sobre como lidar com a violência do passado num espírito de reconciliação. As audiências subdistritais foram particularmente importantes para levarem este processo para fora de Díli, para o interior das comunidades locais.

133. As audiências nacionais foram uma nova experiência para as vítimas e para a nação. A maioria das vítimas era oriunda de comunidades rurais e nunca tinham falado em público. As suas palavras chegaram a comunidades e lares em todo o Timor-Leste, através da difusão pela televisão em Díli e pela rádio em todo país. As audiências proporcionaram às vítimas uma oportunidade única de falarem directamente aos dirigentes nacionais quando os Comissários Nacionais lhes perguntaram se desejavam dirigir uma mensagem à nação. Deste modo, as audiências colocaram o cidadão comum no centro do debate nacional sobre restabelecimento, reconciliação e justiça.

134. Nas audiências públicas, em particular nas nacionais, a Comissão levantou questões de grande sensibilidade. Pela primeira vez, a comunidade ouviu depoimentos pessoais, em primeira mão, sobre as terríveis violações cometidas pelos partidos políticos timorenses em 1974/1976. As vítimas falaram da violência cometida pelos timorenses das forças armadas indonésias e seus grupos coadjuvantes. Este tipo de violência tem uma dimensão familiar e comunitária profunda. As mulheres falaram abertamente sobre a violência sexual cometida contra elas, desafiando o ponto de vista, generalizadamente aceite, de que a cultura timorense impede o debate deste assunto. As audiências fizeram recordar a dimensão humana da imensa e prolongada violência perpetrada pelos militares indonésios, durante o período coberto pelo mandato da Comissão. A forma como este processo de contar a verdade publicamente ganhou o apoio e o respeito da população em geral, é um bom presságio para futuras iniciativas de construção da paz.

135. A Comissão manifesta a sua profunda gratidão às vítimas que corajosamente contribuíram para este processo de diálogo e de educação comunitárias. Temos esperança que os participantes sintam que o processo os ajudou no seu caminho para o restabelecimento e para o sarar das feridas.

10.3.3 Seminários de Restabelecimento

Enquadramento

136. Os Seminários de Restabelecimento, no âmbito do processo de sarar as feridas do passado, tiveram origem na experiência adquirida pela Comissão no seu trabalho com as vítimas e no decurso das primeiras três Audiências Públicas Nacionais. As equipas distritais que trabalharam nas aldeias compreenderam até que ponto a violência cometida no passado continuava a influenciar a vida das vítimas. Aperceberam-se de que algumas vítimas precisavam de um apoio mais sustentado do que aquele disponibilizado através da recolha de testemunhos, bem como de curtas visitas de acompanhamento. Antes de cada Audiência Pública Nacional, a Comissão realizou um seminário com os participantes para os ajudar a prepararem-se emocionalmente para a experiência que iriam viver ao contar a sua história em público. A ONG *Fokupers* apoiou estes seminários.

137. Em Maio de 2003, tomando estas experiências como um ponto de partida, a Comissão levou a cabo uma avaliação do seu trabalho com as vítimas. Analisou a forma como tinha estado a prestar apoio às vítimas de violações de direitos humanos e decidiu-se por um apoio mais intensivo às pessoas que tentavam reconstruir as suas vidas. Para fazer face a estas necessidades, a Equipa de Apoio à Vítima desenvolveu o programa de Seminários de Restabelecimento.

138. Visto que os seminários iriam requerer um trabalho intenso com as vítimas, era óbvio que só poderiam abranger um número limitado de pessoas. Foram então estabelecidos critérios de selecção de participantes baseados, sobretudo, na vulnerabilidade da vítima e no parecer dos funcionários distritais da Comissão de que seria benéfico para a vítima participar num tal processo.

139. Dada a inexistência, entre os funcionários da Comissão, de profissionais qualificados na área da saúde mental, foi estabelecida uma parceria com a *Fokupers*. Um certo número de outras organizações, e indivíduos, também contribuíram para a realização dos seminários, incluindo o grupo artístico *Arte Moris* sediado em Díli, as Irmãs Canossianas de Balide, que disponibilizaram alojamento, músicos timorenses e a OIM, que ajudou na logística de transporte. Os funcionários distritais e nacionais de Apoio às Vítimas desempenharam um papel chave na facilitação dos seminários e no apoio aos participantes.

Objectivos

140. Os Seminários de Restabelecimento tinham quatro objectivos principais, todos relacionados com o desenvolvimento de uma relação mais profunda entre a Comissão e as vítimas de violações de direitos humanos. Estes consistiam em:

- Prestar maior apoio às vítimas, dentro das capacidades da Comissão.
- Encaminhar os sobreviventes para outros serviços e organizações, para obterem assistência especializada.
- Ajudar os sobreviventes a planearem a gestão das suas indemnizações, recebidas no âmbito do Plano de Reparação Urgente de Danos.
- Ouvir o ponto de vista dos sobreviventes relativamente às recomendações sobre acções futuras que a Comissão deveria apresentar no seu Relatório Final.

141. No contexto destes objectivos, os Seminários de Restabelecimento tencionavam, especificamente:

- Criar um local seguro para os sobreviventes de violações graves de direitos humanos se reunirem e reflectirem sobre experiências vividas e a situação presente.
- Permitir aos sobreviventes partilharem as suas histórias e ouvirem as histórias de outros sobreviventes.
- Proporcionar aos sobreviventes a oportunidade de participarem em grupos de trabalho e noutras actividades criativas que pudessem ajudar no seu restabelecimento e no processo de sarar as feridas.
- Criar um processo que permitisse aos sobreviventes explorarem uma variedade de dimensões emocionais tão diversas como o divertimento e o riso, e aclamarem a força dos sobreviventes enquanto indivíduos e enquanto membros de uma comunidade.
- Ajudar os sobreviventes a gerirem os fundos concedidos através do Plano de Reparação Urgente de Danos.
- Identificar as necessidades dos sobreviventes de forma a encaminhá-los para outras organizações com capacidade de prestarem a assistência necessária.
- Solicitar recomendações aos sobreviventes, para ajudar a Comissão a preparar um Relatório Final que reflectisse as suas experiências, preocupações e necessidades.

Seminários de Restabelecimento: um nível mais profundo de apoio

Os objectivos definidos para os Seminários de Restabelecimento foram modestos para que fossem realistas. Tentámos responder às necessidades dos participantes a vários níveis. Não pretendíamos, num seminário de três dias, oferecer um elixir para uma cura, particularmente quando cada um dos participantes dos seminários se encontrava numa fase diferente do seu processo individual de restabelecimento. Através de um processo de trabalho em grupo que comportava diversas actividades, procurámos criar diferentes formas de reflexão e de interacção que permitissem aos participantes encontrarem o formato mais adequado.

Era importante criar um espaço onde os sobreviventes pudessem sentir-se apreciados e respeitados e onde, simultaneamente, pudessem demonstrar igual apreço e respeito para com os outros. A interacção com outras pessoas que também sofreram era uma parte importante do programa. Isto permitiu aos sobreviventes sentirem-se menos isolados e a compreenderem que não estavam sozinhos com o seu pesado fardo. Também ajudou a demonstrar que o restabelecimento não está apenas relacionado com cuidados especializados, mas também em olhar o nosso íntimo e em apoiarmo-nos uns aos outros.

No entanto, também era importante abordar os obstáculos materiais ao bem-estar dos sobreviventes e, por esta razão, a Comissão procurou pôr as vítimas em contacto com instituições que prestavam cuidados médicos e outros cuidados especializados. Para algumas pessoas que participaram nos seminários, tal não significou mais do que uma visita ao médico. Para outras significou uma intervenção médica mais complexa e drástica, como, por exemplo, deslocar-se à Indonésia para receber uma prótese para um dos membros amputados.

A assistência relativa aos problemas de saúde física e a criação de um ambiente seguro que promovesse a confiança e a partilha, estabeleceu os alicerces para alcançar os objectivos primários dos Seminários de Restabelecimento: ajudar os sobreviventes a reconhecerem que o restabelecimento interior é um processo que requer atenção e energia, determinar em que fase do processo de restabelecimento é que se encontravam e avançar mais alguns passos nesse processo.
Kieran Dwyer, Conselheiro, CAVR

Participantes

142. Foram realizados seis seminários na sede nacional da Comissão, em Díli. Em cinco seminários participaram grupos mistos de homens e mulheres e um foi dirigido apenas às mulheres. Os participantes vieram de todos os distritos de Timor-Leste e foram envidados esforços para incluir sobreviventes de algumas das partes mais remotas do país.

143. Todos os participantes nas audiências tinham dado o seu testemunho pessoal às Equipas Distritais de Apuramento da Verdade. Para além disso, os participantes foram seleccionados pelas Equipas Distritais de Apoio à Vítima, tendo por base os critérios estabelecidos para o Plano de Reparação Urgente de Danos. Embora apenas um número reduzido dos beneficiários do Plano de Reparação Urgente de Danos tivesse participado nos Seminários de Restabelecimento, os seminários faziam parte integrante do Plano.

144. Os seis seminários contaram com uma participação total de 156 pessoas, sendo 82 mulheres (52%) e 74 homens (47%).

Programa dos seminários

145. Para muitos participantes, o primeiro passo era chegar a Díli. Muitos participantes provenientes de comunidades rurais remotas nunca tinham estado na capital nacional e o simples facto de viajarem até Díli, para longe da sua família e comunidade, era em si um grande passo. Por isso, para o pleno sucesso do programa, era fundamental proporcionar aos participantes todo o apoio de que precisassem desde a partida de suas casas até ao seu regresso, após a conclusão do seminário. As Equipas Distritais da Comissão foram responsáveis pela organização da viagem e pelo apoio aos participantes em todo este processo.

146. Os participantes dos primeiros seminários que vieram de fora de Díli, ficaram alojados no Centro de Formação de Professores, em Balide; num passado recente, este complexo serviu de sede à UNAMET e ao CNRT. Os participantes dos seminários seguintes ficaram alojados na residência das Irmãs Canossianas, também em Balide, perto da sede nacional da Comissão. A assistência pastoral prestada pelas Irmãs foram uma contribuição particularmente valiosa. De uma forma geral, os participantes chegaram a Díli na véspera da abertura do seminário. Este aspecto prático da logística foi importante para transmitir aos participantes um sentimento de estima e de valorização.

147. A decisão de trazer os participantes para Díli foi deliberada. Permitiu que se abstraíssem da vida quotidiana e que dedicassem algum tempo a si próprios. Para muitos dos participantes, especialmente para as mulheres, esta foi uma oportunidade rara de se libertarem da rotina do trabalho árduo doméstico de todos os dias. Para além disso, esperava-se que ao distanciar os participantes das suas aldeias, eles se sentissem mais à vontade para falarem sobre as suas experiências e sentimentos. Por outro lado, também permitiu que pessoas provenientes de todo o país se conhecessem, quebrando assim a sensação de isolamento de muitos dos sobreviventes.

148. O seminário tinha a duração de três dias. O programa consistia numa combinação de actividades estruturadas com outras mais informais. Cada grupo de participantes era distinto dos restantes e as reacções às experiências individuais, dentro de cada grupo, também o foram; por esta razão, era importante que os seminários fossem flexíveis. A combinação de actividades estruturadas com actividades informais permitiu aos participantes interagirem de formas múltiplas, falarem informalmente entre si e apoiarem-se mutuamente.

149. A maioria das actividades do seminário foi realizada nas instalações da sede nacional da Comissão, o que posicionou os sobreviventes no centro do trabalho quotidiano da Comissão, dando-lhes uma sensação de envolvimento com e de posse da Comissão. A cada seminário, a antiga prisão, tornada sede nacional da Comissão, sofreu uma transformação. Os sobreviventes personificavam as violações de direitos humanos e eram uma fonte de inspiração pela sua capacidade de resistência e pelo apoio que prestavam uns aos outros.

Primeiro Dia

150. O seminário era inaugurado com palavras de boas vindas proferidas por um Comissário Nacional, geralmente a Comissária Isabel Guterres, principal responsável pelo trabalho de Apoio às Vítimas. A primeira sessão era dedicada às apresentações, criando desta forma, uma sensação de conforto no seio do grupo, e ao delinear do programa de três dias.

151. Posteriormente, os funcionários da Comissão explicavam o que designávamos por processo de restabelecimento e de sarar feridas do passado. Esta metodologia ajudou os participantes a

compreenderem que o restabelecimento é um processo que eles próprios podem iniciar e no qual podiam progredir por si mesmos. Proporcionava aos participantes um enquadramento para as actividades subsequentes e era um ponto de referência para os debates que decorriam nos três dias seguintes.

152. A actividade principal do primeiro dia, intitulada 'aconselhamento em grupo', lidava com a partilha de histórias pessoais. As Conselheiras da *Fokupers* agiram como facilitadoras destas sessões, com o apoio de funcionários da Comissão. A *Fokupers* detém grande experiência neste tipo de trabalho com sobreviventes de violência e a sua contribuição foi fundamental para a eficácia dos seminários. As conselheiras trabalharam, posteriormente, em pequenos grupos, utilizando técnicas criativas para ajudar os sobreviventes a encontrarem formas de falar sobre as suas experiências. Ninguém era obrigado a falar e, se os participantes decidissem fazê-lo, tinham a liberdade de o fazer durante o tempo que desejassem. Ouvir era uma parte importante destas sessões, criando uma sensação de estima e de respeito.

153. Estas sessões eram emocionalmente extenuantes para os participantes e para os funcionários da Comissão. O impacto sobre cada um dos participantes era controlado e, sempre que necessário, era prestado apoio adicional.

A viagem de restabelecimento

No dia anterior ao primeiro seminário de restabelecimento e de sarar de feridas do passado, a Comissão teve o privilégio de receber a visita do padre anglicano Michael Lapsley, da Nova Zelândia. O Padre Lapsley é um activista pelos direitos humanos que há muito vive na África do Sul. Nos dias finais do regime do *apartheid*, sobreviveu a uma carta armadilhada mas perdeu ambas as mãos e um olho, tendo de se submeter a um longo processo de cirurgias e fisioterapia de reabilitação. Conheceu pessoalmente o sofrimento do povo timorense quando, após um encontro com Xanana Gusmão na prisão de Cipinang, em Jacarta, visitou Timor-Leste enquanto observador da Consulta Popular, em 1999.

Ao observar de perto o trabalho da Comissão da Verdade e Reconciliação na África do Sul, (CVR) o Padre Lapsley constatou que os sobreviventes de violações de direitos humanos necessitam de mais do que o apoio a curto prazo disponibilizado pela CVR. Com o intuito de continuar o trabalho de restabelecimento e de sarar de feridas na África do Sul, ele fundou o Instituto para o Restabelecimento da Memória. O Padre Lapsley relatou, aos Comissários Nacionais e aos funcionários da Comissão, a sua própria experiência enquanto vítima e como a mesma influenciou o seu trabalho com as demais vítimas. A sua mensagem inspirou a abordagem que a própria Comissão adoptou para com os sobreviventes.

O conceito do padre Lapsley de viagem de restabelecimento e de sarar de feridas foi adoptado pela Comissão e ajudou a configurar os seminários. O padre Lapsley mencionou quatro fases na experiência dos sobreviventes:

- A primeiro refere-se ao período anterior à violação e envolve a relação com a família imediata e o relacionamento extra-familiar.
- Segue-se a fase da violação, frequentemente constituída por inúmeros actos no decurso de um longo período de tempo, que causa uma ruptura na vida das pessoas. Muitas pessoas não sobrevivem e estas são as verdadeiras vítimas.
- As pessoas que conseguem viver são os sobreviventes mas, frequentemente, a sua vida é paralisada pela lembrança recorrente da dor e do sofrimento provocados pela violação. Muitos dos sobreviventes são incapazes de ultrapassar esta dor durante o resto da sua vida.
- Finalmente, os sobreviventes embarcam no que pode tornar-se num trabalho vitalício: deixar de ser uma vítima para se tornar vitorioso sobre a dor e a violência.

Estas quatro fases foram utilizadas na prática para o desenvolvimento do quadro geral das actividades e os debates nos Seminários de Restabelecimento.

Muitos dos trabalhos artísticos produzidos pelas vítimas reflectiam o tema subjacente de uma viagem. Marcelina Poto fez dois desenhos durante um seminário. Sobre o primeiro desenho, ela disse: "Eu pintei esta casa porque é a casa em frente da qual mataram o meu marido." Sobre o segundo ela disse: "Esta flor representa o meu desejo de deixar para trás este sofrimento."

Regina Freitas explicou os seus três desenhos:

A casa representa a época em que a minha família estava completa. A árvore representa a minha vida. A árvore sem folhas representa o momento em que eles mataram o meu marido e a pistola representa as armas que os indonésios usaram para o matar.

Marta Ximenes apresentou dois dos seus desenhos.

A casa com o jardim representa a altura em que eles mataram o meu marido nesta casa e me atingiram na perna. A flor representa a alegria que sinto porque partilhei o meu sofrimento com as autoridades.

Uma oportunidade para desenvolver maior compreensão

A partilha de histórias de violações foi uma experiência difícil para os participantes. O apoio dos demais participantes e o facto de escutarem respeitosamente as histórias foi uma componente importante deste processo. Por vezes as histórias das vítimas abordavam temas sensíveis que faziam os demais participantes sentir-se bastante desconfortáveis. Nessas ocasiões, outros membros do grupo davam o seu contributo para quebrar a tensão. Desta forma, o seminário constituiu um alicerce de apoio ao debate de questões melindrosas.

Num seminário realizado em Março de 2004, um pequeno grupo partilhou as suas histórias individuais. Uma jovem de Suai (Covalima) estava a contar a história dolorosa da sua violação por membros das forças armadas indonésias em 1999. O grupo ouvia atentamente enquanto a jovem, em lágrimas, relatava a sua história. Um jovem interrompeu, educadamente, para dizer que sentia que na cultura timorense não era apropriado as mulheres falarem sobre este tipo de experiências. Ele próprio era um sobrevivente de torturas graves, às quais tinha sido sujeito em várias ocasiões durante os anos 90.

O facilitador pediu a opinião da jovem e do resto do grupo. Uma senhora mais velha, sentada entre os dois, pôs a mão nos ombros da jovem e disse que as mulheres tinham sido abusadas no passado e, que se agora elas quisessem falar sobre o assunto, não havia nada na cultura timorense que as proibisse de o fazer. Disse que agora era a altura certa para as mulheres falarem. Ela falou com ternura, reconfortando, simultaneamente, o jovem com palmadinhas nos ombros. Ela própria era uma sobrevivente de violação sexual. O grupo e o jovem deram a sua anuência e a jovem continuou a sua história.

Segundo Dia

154. As actividades dos segundo e terceiro dias tinham sido configuradas de modo a contrabalançarem as narrativas do primeiro dia, permitindo aos participantes expressarem as suas histórias e sentimentos de outras formas e, também, sentirem outras emoções tais como a alegria e o espírito comemorativo.

155. No segundo dia os participantes foram encorajados a encontrar formas criativas de expressão de sentimentos numa atmosfera descontraída. As actividades principais foram o canto, os jogos teatrais, o desenho e a pintura. A atenção foi ligeiramente desviada das experiências do passado para se centrar na vida quotidiana dos sobreviventes e nas suas esperanças quanto ao futuro. O grupo artístico juvenil *Arte Moris* participou em alguns dos seminários, bem como os músicos timorenses Gil e Jimmy Madeira. A música é uma componente particularmente rica da cultura timorense e até os participantes que vinham de diferentes distritos de Timor-Leste, falando línguas diversas, sabiam as mesmas canções em tétum. As canções falavam de emoções e experiências pessoais e tornaram-se elementos catalisadores nos debates sobre como é que os sobreviventes sentiam o passado na sua vida actual, sobre as coisas boas e difíceis nas suas vidas e sobre o apoio que recebiam, ou não, das suas famílias e comunidades.

156. canto e os jogos teatrais também permitiram aos participantes dar expressão física, ainda que de forma ligeira, aos seus sentimentos. Isto foi especialmente importante porque muitos dos sobreviventes continuam a sofrer de debilitação física, ou de constrangimento no uso do seu corpo após o sofrimento físico e emocional que viveram. O objectivo destas actividades era ajudar os participantes a reconhecerem e celebrarem a sua capacidade de sobrevivência e a coragem para reconstruírem as suas vidas. O tema central do segundo dia visava o reconhecimento dos pontos fortes e da beleza interior dos participantes e daí retirar lições enquanto grupo.

157. No final do segundo dia, os participantes visitaram Díli. Esta excursão foi a primeira oportunidade dada a muitos dos participantes para visitarem alguns monumentos nacionais tais como a estátua do Cristo-Rei na periferia da cidade, o cemitério de Santa Cruz, o Parlamento Nacional, a Universidade Nacional e a marginal de Díli. Este período foi também utilizado para encaminhar alguns dos participantes para os serviços médicos e outros serviços no hospital nacional.

158. Terceiro dia começou com a apresentação dos trabalhos artísticos elaborados pelos participantes e a explicação do seu significado. Seguiu-se o debate sobre o que representavam no contexto da viagem de restabelecimento e do sarar de feridas. O debate foi centrado, mais uma vez, na exaltação das conquistas pessoais de cada um dos participantes, fossem elas pequenas ou grandes. Posteriormente, os participantes foram informados sobre os aspectos financeiros do Plano de Reparação Urgente de Danos. Foi decidido não informar os participantes acerca deste aspecto mais cedo neste processo, para evitar que os seminários dedicassem demasiada atenção às questões financeiras. Membros das equipas da Comissão facilitaram os debates em pequenos grupos, para partilhar ideias sobre como utilizar as indemnizações de modo a melhorar as suas vidas de forma sustentável. A seguir, os participantes realizaram um debate em grupo onde identificaram as recomendações que a Comissão deveria apresentar no seu Relatório Final.

159. seminário terminou com uma cerimónia de reflexão, por vezes na forma de missa, na qual foram atribuídos certificados de participação e de contributo aos participantes.

Dançar com os sobreviventes

Um membro da equipa da Comissão recordou um momento comovente do segundo dia do primeiro seminário de restabelecimento, realizado em Junho de 2003:

Era a primeira vez que tentávamos cantar, com Gil Madeira na guitarra. Éramos cerca de 15 pessoas, todas sentados num círculo e enquanto falávamos dos diferentes períodos das nossas vidas, períodos de alegria e de sofrimento, o Gil perguntava aos membros do grupo se conheciam canções que associassem aos sentimentos desse período. À medida que as pessoas davam sugestões, ou simplesmente começavam a cantar, nós todos, lentamente, cantávamos em conjunto.

Durante o intervalo, uma senhora mais idosa, de Aileu, tinha perguntado se poderíamos arranjar tempo para dançarmos juntos, para partilhar os diferentes tebe-tebe, das várias regiões de Timor-Leste. Enquanto cantávamos ela levantou-se e começou, lentamente, a dançar o seu tebe. Os participantes estavam um pouco tímidos e ninguém se levantou para dançar com ela. Por isso levantei-me eu, mas disse-lhe que teria de me ensinar. Demos as mãos e deslocámo-nos lentamente num círculo. Um por um, os participantes juntaram-se a nós. Era uma dança muito lenta. Os corpos de alguns dos participantes estavam muito debilitados em resultado das violações sofridas, mesmo as cometidas há muitos anos atrás. Não falámos, apenas olhámos uns para os outros e com os nossos olhares encorajámos os participantes que ainda não se nos tinham juntado. Finalmente éramos um círculo completo, baloiçando e deslocando suavemente ao ritmo do tebe de Aileu da nossa irmã mais velha.

Quando por fim parámos, todos nos sentámos num silêncio de alegria. Sabíamos que tínhamos partilhado algo de especial.

160. Os momentos extra-actividades organizadas eram também valiosos para a experiência global dos participantes. Para muitos, o intervalo para café, ou para uma refeição, era um momento de reflexão sobre o que tinham ganho na sessão. Durante esses momentos, os funcionários da Comissão disponibilizaram-se a ouvir, a confortar e a apoiar. Estes mesmos períodos também permitiram aos participantes sentarem-se juntos e edificarem amizades. À noite, os participantes regressavam à residência das Irmãs Canossianas. Os funcionários da Comissão acompanhavam-nos e continuavam a dar-lhes carinho e a prestarem apoio.

161. Para alguns participantes, as actividades do dia reabriram feridas emocionais e psicológicas, pelo que foram acompanhados e apoiados sempre que necessário. A equipa nacional de Apoio às Vítimas desempenhou um papel importante neste trabalho. Tendo viajado com os participantes desde os seus distritos de origem, os membros das equipas distritais de Apoio às Vítimas puderam prestar um apoio particularmente precioso durante o seminário. Eles já tinham desenvolvido uma relação com os participantes, que iria continuar após o seu regresso ao distrito.

Apoio entre iguais

Para o sucesso dos seminários de restabelecimento era essencial criar um ambiente onde os sobreviventes pudessem conhecer outros sobreviventes, partilhar histórias e apoiar-se mutuamente. Cada grupo desenvolveu a sua própria dinâmica, mas o carinho e o apoio mútuo foram sempre um aspecto central dos seminários.

O papel especial desempenhado por alguns sobreviventes na criação desta atmosfera indica como o apoio dos colegas pode ser aproveitado em trabalhos futuros nesta área. Olga, vinda da aldeia de Mauchiga, nas montanhas centrais (Hatu Bulico, Ainaro), depôs em Abril de 2003 na Audiência Nacional Pública da Comissão sobre Mulheres e Conflito. [Com] a sua história de abuso e de escravatura sexual em 1982, foi a primeira vez que a nação ouviu falar do sofrimento das mulheres de Mauchiga, depois da aldeia ter aderido a uma revolta contra as forças armadas indonésias. Em Janeiro de 2004, Olga e a sua filha pequena acompanharam uma senhora mais idosa de Mauchiga a um seminário de restabelecimento destinado apenas a mulheres. Durante o seminário, Olga apoiou a senhora mais velha e outras participantes e também partilhou a sua experiência com as restantes. A sua filha colaborou nas actividades de canto e de pintura e era a favorita das outras participantes.

O papel da Olga como pessoa que prestava apoio, ajudou a sua amiga de Mauchiga e foi mais um passo que deu no seu próprio restabelecimento. Ela mostrou às outras como é que os sobreviventes poderiam progredir, mesmo que lentamente, na sua viagem. E também mostrou como é que redes de sobreviventes se podem apoiar mutuamente.

Reflexões sobre os seminários de restabelecimento

162. Os comentários expressos durante os seminários, bem como uma avaliação interna da Comissão sobre o trabalho de apoio às vítimas, realizada com alguns dos participantes,^{iv} revelam que os Seminários de Restabelecimento tiveram um impacto forte e positivo nos participantes. Apesar de para muitos ter sido doloroso contar a sua história, os participantes expressaram gratidão por terem tido a oportunidade de partilharem as suas experiências. Por exemplo, Marcelina Poto de Oecusse falou de ter visto as milícias a assassinar o seu marido e queimarem a sua casa. Ela disse:

Quando falo aqui, sinto uma grande dor, mas também sinto um pouco de alegria porque tenho a oportunidade de falar com amigos que sofrem da mesma forma que eu.

163. Uma mulher de Viqueque também considerou a experiência difícil mas valiosa. Ela contou como tinha sido violada diariamente durante um longo período de tempo, por um total de cerca de 40 homens. Contou que destas violações teve quatro crianças. Ela afirmou:

Quando me lembro e conto esta história sinto-me envergonhada e o meu coração sofre, mas tenho de falar para poder diminuir o meu sofrimento.

164. Quando os participantes foram inquiridos directamente sobre o que sentiam em relação aos Seminários de Restabelecimento, disseram que estavam satisfeitos com o programa e agradecidos à Comissão por lhes ter proporcionado a oportunidade de participarem.

^{iv} Esta secção e a secção sobre o Plano de Reparação Urgente de Danos da CAVR, abaixo, incluem citações de timorenses que participaram na avaliação de apoio às vítimas conduzida pela Divisão de Acolhimento e Apoio à Vítima da CAVR. Arquivo da CAVR, Março de 2004.

Os pontos altos do programa na perspectiva dos participantes

O aconselhamento em grupo – a oportunidade de partilhar as histórias com outros – foi, para muitos participantes, a parte mais importante do programa. Quando inquiridos sobre o que esperavam ganhar com estes três dias, a grande maioria dos participantes respondeu da mesma forma que Rosa Kolobere, de Suai:

Eu vim para partilhar a minha experiência com amigos. Quando partilhamos uns com os outros podemos aliviar o nosso sofrimento e a nossa vida diária torna-se mais fácil.

Ou, simplesmente, como Angelina da Costa, de Ainaro, disse: “Eu quero contar a minha história.”

Reflectindo sobre o programa, Verónica Moniz, de Bobonaro, disse que o apreciou por causa da grande variedade de actividades.

O Seminário de Restabelecimento fez-me sentir feliz e deixei de me preocupar porque fizemos muitas coisas, tais como desenhar flores, cantar e outras coisas.

“Eu gostei de tudo,” comentou Bernadino Loeleto, de Maliana, “mas a minha parte favorita foi a peça teatral engraçada sobre os convites para um casamento. Eu desempenhei o papel do padrinho.”

Luis Afonso, de Lolotoe (Bobonaro), comentou que aprendeu muito com o seminário em geral. Para ele e para outros, uma parte importante da experiência foi a visita à cidade de Díli.

Citações retiradas da avaliação do programa de Acolhimento e Apoio à Vítima, Janeiro a Março de 2000.

165. Os Seminários de Restabelecimento com a permanência dos participantes em Díli, com a duração de três dias, foram os momentos mais intensos da interacção da Comissão com as vítimas. Destas e doutras interacções com as vítimas, a Comissão retirou algumas lições práticas importantes que podem ser utilizadas em futuros trabalhos nesta área.

166. As expectativas da Comissão em relação aos Seminários de Restabelecimento eram modestas. Do seu trabalho com os sobreviventes, a Comissão estava consciente que as necessidades destes eram, de forma geral, de uma dimensão impossível de ser abordada em três dias. O objectivo da Comissão era contribuir para o restabelecimento de cada vítima, ajudando-as a encarar a sua capacidade de progredir para além da dor do seu sofrimento. Neste trabalho, por vezes, os membros da Comissão sentiam-se esmagados pelas experiências terríveis vividas pelos participantes, visto que o apoio que podiam disponibilizar era claramente inadequado às suas necessidades.

167. As vítimas de violações de direitos humanos necessitam de vários tipos de apoio. Os apoios necessários incluem a ajuda económica, serviços de educação e saúde, o reconhecimento simbólico e a procura de justiça. Também existem necessidades mais pessoais, tais como a necessidade de reconhecimento pessoal, de uma maior auto-estima e de carinho e amor. Para muitas vítimas, a saúde, tanto física como mental, é uma questão fundamental e é tão básica que influencia todos os outros aspectos das suas vidas. Embora pequeno, o contributo da Comissão deve ser visto como a fundação sobre a qual futuras instituições e programas podem edificar as suas actividades. O Programa de Reparação de Danos, recomendado pela Comissão, procura responder às muitas necessidades dos sobreviventes dos 25 anos de conflito.

10.3.4 Reparação Urgente de Danos

Enquadramento

168. Quando as equipas distritais começaram a trabalhar nas aldeias de todo o país, rapidamente se tornou evidente que muitas vítimas de violações de direitos humanos tinham necessidades prementes, directamente relacionadas com as violações que tinham sofrido. As vítimas consideravam

a Comissão como sendo, provavelmente, a única instituição nacional que as poderia ajudar. Parecia insuficiente dizer aos sobreviventes para esperarem até que as recomendações do Relatório Final da Comissão fossem implementadas, para receber ajuda. Portanto, a Comissão desenvolveu um mecanismo provisório para responder a algumas das necessidades mais urgentes das vítimas, o Plano de Reparação Urgente de Danos.

Razões para um plano de reparação de danos

169. plano foi alicerçado no primado da lei internacional dos direitos humanos, que estipula que as vítimas de actos de injustiça têm o direito à reparação de danos. O corpo da legislação internacional sugere que os elementos principais do processo de Reparação são:

- Restituição *in natura*.
- Compensação pecuniária.
- Reabilitação.
- Ressarcimento do lesado.
- Prevenção da não reincidência na acção danosa.

170. Enquanto instituição nacional independente, com um mandato fundeado na legislação internacional de direitos humanos, a Comissão procurou respeitar o direito das vítimas à reparação de danos estabelecendo, para o efeito, o Plano de Reparação Urgente de Danos. A Comissão enfatiza que este Plano só foi estabelecido enquanto medida temporária, a ser executada durante a vigência do mandato da Comissão. O plano não prejudica, de maneira nenhuma, o direito das vítimas à reparação total dos danos no âmbito de uma decisão a longo prazo. O montante reduzido da indemnização não cumpre, de forma alguma, os requisitos de um plano global de reparação de danos, dentro dos princípios acima descritos.

171. À medida que a nova nação de Timor-Leste procura estabelecer uma democracia baseada na igualdade entre os seus cidadãos, tem a obrigação moral de garantir que aqueles cidadãos que se encontram, actualmente, em desvantagem devido a violações sofridas no passado, sejam capazes de assumir o seu lugar de cidadãos participantes. O Estado deverá tomar todas as medidas possíveis para ajudar a alcançar esta meta. O imperativo social do Estado em assegurar a reparação dos danos deriva também do duplo objectivo de construção da paz e do desenvolvimento. Ajudar as vítimas da violência a consertar as suas vidas é um passo essencial no sentido de sarar as brechas existentes após anos de conflito. Sem a reparação de danos, a desvantagem e o isolamento podem gerar uma subclasse, cujo descontentamento poderia alimentar a agitação social. Da mesma forma, as prioridades nacionais de desenvolvimento e de redução da pobreza requerem que todos os cidadãos sejam capazes de desempenhar um papel activo e construtivo no erguer da nova nação. As vítimas de violações no passado fazem parte do grupo que corre maior risco de ser deixado para trás, neste processo de desenvolvimento.

Financiamento

172. A Comissão não dispunha de fundos próprios para levar a cabo um Plano de Reparação de Danos. Foi ajudada através de uma parceria com o Projecto de Desenvolvimento de Capacidades Comunitárias e Governação Local (*CEP*), um projecto sob a tutela do Ministério do Interior e financiado através do Fundo Fiduciário para Timor-Leste (*TFET*), administrado pelo Banco Mundial. O *CEP* tinha um programa de assistência a 'grupos vulneráveis' e o seu apoio ao Plano de Reparação Urgente de Danos foi gerido através desse programa.

Objectivos do programa

173. objectivo principal do Plano de Reparação Urgente de Danos era disponibilizar a reparação de danos aos sobreviventes de violações de direitos humanos com necessidades prementes, que não podiam ser satisfeitas de outra forma. Através da disponibilização de serviços de saúde e outros, ou de uma pequena contribuição pecuniária, o Plano procurava ir ao encontro das necessidades

mais urgentes de algumas dessas pessoas. A contribuições disponibilizada não eram consideradas uma reparação total, nem se destinavam a substituir o dever do Estado de assegurar a reparação de danos às vítimas de violações de direitos humanos.

174. A Comissão não alimentou a ilusão de que estava a resolver o problema. Estava apenas a proporcionar um alívio temporário e a ajudar as vítimas a seguirem em frente no longo processo de restabelecimento e de restauração das suas vidas. Por outro lado, o Plano desenvolveu uma abordagem centrada na comunidade ao trabalhar com ONG nacionais de direitos humanos e com organizações comunitárias no financiamento de um certo número de projectos-piloto que adoptaram abordagens, aos processos de restabelecimento e de recuperação de projectos de vida, orientadas para o desenvolvimento da comunidade.

Quem beneficiou da assistência

175. As equipas distritais identificaram os potenciais beneficiários do programa de entre aqueles que tinham contactado no decurso do seu trabalho de apuramento de verdade e de reconciliação. Os principais beneficiários seriam os sobreviventes directos de abusos de direitos humanos tais como a violação, a prisão e a tortura, e os que sofreram indirectamente através de rapto, desaparecimento ou morte de membros da sua família. Os potenciais beneficiários teriam de preencher os seguintes critérios de elegibilidade:

- Ter necessidades prementes, imediatas e directamente relacionadas com a violação de direitos humanos ocorrida durante o período coberto pelo mandato (1974/1999). Por exemplo, seriam elegíveis aqueles que ainda sofressem de lesões resultantes de tortura, ou uma viúva com rendimentos insuficientes devido ao assassinato do seu marido.
- Tratar-se de uma pessoa claramente vulnerável – por exemplo, uma viúva, um órfão, alguém com incapacidade física, ou uma pessoa isolada no seio da sua comunidade. Ser considerada vulnerável, significa que a vida quotidiana da pessoa continua a ser restringida pelas consequências físicas, psicológicas ou económicas da violação de direitos humanos sofrida.
- Não existirem, ou não se encontrarem disponíveis, outros recursos para atender às suas necessidades.
- A assistência poder ajudar o beneficiário de uma forma sustentável. Por exemplo, facilitar a restauração da dignidade da pessoa, prevenir abusos ulteriores ou contribuir para o desenvolvimento de capacidades ou restabelecimento que, a longo prazo, melhoraria a qualidade de vida da pessoa.

Formas de reparação de danos

176. A tipologia de reparação de danos disponibilizada pela Comissão incluía:

- Uma indemnização de emergência no valor de 200 USD;
- Prestação de cuidados médicos e/ou psico-sociais imediatos;
- Equipamento e/ou formação para os deficientes;
- Estabelecimento de grupos de auto-ajuda para os sobreviventes. Os grupos poderiam dedicar-se a diversas actividades, da participação num grupo teatral ao estabelecimento de pequenos negócios que ajudariam a restabelecer a sua dignidade;
- Comemoração de um evento, com o fim de proporcionar o reconhecimento e a restauração da dignidade das vítimas;
- Disponibilização de lápides ou monumentos para promover o reconhecimento comunitário das vítimas que desapareceram, ajudando desta forma a criar nas famílias o sentimento de finalização do período de luto;
- Estabelecimento de contratos com organizações locais, tais como as igrejas ou grupos de aconselhamento, que poderiam prestar um apoio sustentado aos sobreviventes.

A implementação do plano

177. Em Maio de 2003, a Comissão constituiu um Grupo de Trabalho para o Apoio às Vítimas, com o objectivo de elaborar e monitorizar políticas que lhes eram directamente dirigidas, incluindo o sistema de reparação de danos. A Comissão era constituída por dois Comissários Nacionais, o Coordenador da Divisão de Apoio à Vítima, o Gestor do Programa da CAVR, um representante de cada uma das ONG timorenses de direitos humanos – a *Fokupers* e *Assosiasi HAK* (Associação dos Direitos Humanos) – e uma Irmã Carmelita.

178. Os funcionários distritais identificavam, entre indivíduos ou comunidades, os beneficiários potenciais das indemnizações e propunham-nos ao Comité para a Avaliação da Reparação de Danos. Assim que o Comité tivesse aprovado a proposta, a Comissão concedia o montante pecuniário atribuído.

179. A Comissão também contratou outras organizações para prestarem apoio às vítimas. Em dez distritos, a Comissão contratou ONG e grupos religiosos envolvidos na prestação de serviços de saúde, para apoiarem vítimas previamente seleccionadas, durante um período de seis meses. As dez organizações contratadas foram a *SATILOS* (Fundação Saúde Timor-Leste) em Díli, as Irmãs Canossianas em Ainaro, Manatuto e Lautém, a Comissão Católica 'Paz e Justiça' em Maliana, o Centro *Feto* Enclave Oecusse (Centro das Mulheres do Enclave de Oecusse), a Congregação das Irmãs do Menino Jesus em Manufahi e Baucau, as Irmãs Franciscanas em Viqueque, e as Irmãs *PRR* (*Putri Renha Rosario*, Filhas da Virgem Maria) em Liquiça.

180. Quando a Comissão encerrou os seus escritórios distritais em Março de 2004, decidiu continuar o seu Plano de Reparação Urgente de Danos, ainda que restringido a comunidades ou grupos específicos. Financiou três ONG timorenses para disponibilizarem estes serviços de apoio: a *Assosiasi HAK*, a *Fokupers* e a organização de mulheres *ET-Wave*. Foi elaborado, com cada uma das três organizações, um programa com a duração de seis meses, utilizando os princípios de desenvolvimento comunitário na prestação do apoio às vítimas. Estes programas procuraram trabalhar com as vítimas e as suas comunidades, em vez de apoiarem as vítimas isoladamente.

Resultados – a assistência prestada

181. Os montantes pecuniários do Plano de Reparação Urgente de Danos foram atribuídos entre Setembro de 2003 e Março de 2004. Durante este período, 516 homens (73% dos beneficiários) e 196 mulheres (27%) receberam 200 USD cada, num total de 142.400 USD atribuídos aos 712 sobreviventes de abusos de direitos humanos.

182. Todos os 156 participantes dos seminários de restabelecimento, realizados na sede nacional da Comissão, receberam uma indemnização do programa de Reparação Urgente de Danos. Os funcionários acompanharam dois dos beneficiários até Yogyakarta, na Indonésia, onde receberam próteses e fizeram a fisioterapia necessária à sua utilização.

183. Em dez distritos, 417 sobreviventes – 322 homens (77%) e 95 mulheres (23%) – receberam apoio e assistência continuados das ONG e grupos locais da Igreja. Este apoio incluiu medicamentos, encaminhamento para os hospitais distritais, e aconselhamento e apoio básico, incluindo visitas domiciliárias. A Comissão esperava que, uma vez estabelecidas as ligações com os mecanismos locais de apoio, as vítimas continuassem a receber assistência, embora tenha reconhecido que a escassez de recursos ao nível local poderia inviabilizar esta assistência.

184. As três ONG que a Comissão contratou para prestar serviços de apoio após a sua retirada dos distritos, concentraram os seus esforços em grupos ou comunidades específicas. A *Assosiasi HAK* concentrou o seu trabalho na comunidade de Kraras-Lalerik Mutin, em Viqueque. A comunidade de Kraras foi vítima de massacres em 1983 e os sobreviventes foram deslocados para Lalerik Mutin, uma aldeia próxima. A maioria dos sobreviventes eram mulheres e Lalerek Mutin é frequentemente designada por ‘aldeia das viúvas’. No decurso do programa de seis meses, a *Assosiasi HAK* trabalhou com a comunidade no sentido de identificar as suas necessidades específicas e estabelecer um centro educacional comunitário.

185. A *Fokupers* e a *ET-Wave* disponibilizaram a continuação do apoio às mulheres que tinham dado o seu testemunho e participado nas audiências, ou que foram beneficiárias do Plano de Reparação Urgente de Danos. A *Fokupers* dedicou-se a cinco distritos: Díli, Liquiça, Bobonaro, Ermera e Covalima. A *ET-Wave* concentrou-se em Lautém. Para além da continuidade no acompanhamento individual dedicado às mulheres, estas organizações trabalharam com as comunidades para lidar com a questão do isolamento sentido por muitas vítimas, particularmente as mulheres das zonas rurais.

David Rodrigues, beneficiário de uma prótese

Na altura de invasão indonésia, em 1975, David Rodrigues era um jovem. Em 1975, ele e o seu pai foram gravemente feridos durante os ataques aéreos e terrestres indonésios. O braço do pai do David ficou gravemente ferido e ele acabou por morrer devido à infecção. O David foi ferido numa perna e foi tratado com remédios tradicionais, tais como folhas de milho, e sobreviveu. No entanto, como estava retido nas montanhas, sem acesso a serviços médicos, a infecção desenvolveu-se e a sua perna começou a gangrenar. Ao longo de sete meses a sua perna desfez-se, e a intensa fetidez obrigou-o a viver em isolamento. Todos os dias, a sua família levava-lhe comida e depois ia-se embora. Por fim, o membro caiu e David tratou o coto ferido com medicamentos tradicionais. Reaprendeu a andar com a ajuda de uma bengala de madeira. Em 1979, rendeu-se aos militares indonésios em Rotutu (Manufahi). Os indonésios haviam tratado outros timorenses feridos; alguns foram levados para a Indonésia para receberem próteses. No entanto, porque o David era originário da aldeia de Mauchiga (Hatu Builico, Ainaro), conhecida por ser fortemente apoiante da Fretilin, não recebeu qualquer assistência.

Após a independência, David deu o seu testemunho pessoal à Comissão. Participou num Seminário de Restabelecimento e de Sarar de Feridas, onde recebeu uma indemnização de 200 USD através do Plano de Reparação Urgente de Danos. Um funcionário da Comissão acompanhou-o a Yogyakarta (Indonésia), onde ele permaneceu duas semanas para receber a prótese e aprender a usá-la. Ao regressar a Timor-Leste, ele visitou a sede nacional da Comissão exibindo um sorriso radiante. Com orgulho, tirou o sapato e a meia para mostrar a sua nova perna aos funcionários e amigos. Ele disse ao funcionário da Comissão que o tinha acompanhado a Yogyakarta:

As vezes penso que estou a sonhar. Eu sou analfabeto, sem instrução, no entanto aqui estou eu a andar de avião, a visitar outros países e a receber este tipo de assistência. Gostaria de agradecer a Comissão, do fundo do meu coração.

Carmina dos Santos, uma casa própria

Quando a Indonésia invadiu Timor-Leste em 1975, Carmina dos Santos, com o seu marido e dois filhos pequenos, fugiram para a floresta onde o seu marido morreu.

No dia 14 de Julho de 1993, a Carmina e o seu irmão mais velho foram presos por soldados indonésios, e levados para o posto do *Koramil* em Bobonaro, sob suspeita de ajudarem o seu tio, Martinho, que era guerrilheiro no mato. A Carmina também foi acusada de envolvimento na destruição de uma estátua da Virgem Maria em Malilait Grotto, no subdistrito de Bobonaro. A Carmina e o seu irmão foram severamente espancados. As suas cabeças foram esmagadas contra uma parede, deram-lhes pontapés com botas militares e os seus corpos foram pisados. Desde essa altura, a Carmina passou a sofrer de convulsões.

Quando a casa de Carmina foi saqueada e queimada pelas milícias em 1999, ela e sua filha mudaram-se para a casa do seu irmão mais velho, mas nunca se sentiram inteiramente confortáveis porque o irmão discutia constantemente com ela. A Carmina sentiu que ela e a sua filha estavam a ser negligenciadas. Elas não tinham casa própria e nem o governo local nem a própria família as ajudavam.

Quando a equipa distrital da Comissão começou a recolher os testemunhos em Bobonaro, a filha de Carmina, Regina dos Santos, deu o seu testemunho pessoal e incluiu o relato de como, em 1993, a sua mãe e o seu tio tinham sido torturados pelos soldados no *Koramil* de Bobonaro. Ela falou do estado de nervos em que se encontrava Carmina e de como perdera a memória. A equipa de Apoio às Vítimas, da Comissão, visitou Carmina para oferecer apoio e aconselhamento. Ela também recebeu 200 USD, no âmbito do Plano de Reparação Urgente de Danos. Em visita posterior, alguns meses mais tarde, a equipa de Apoio às Vítimas observou as melhorias na vida da Carmina. Ela tinha a sua própria casa e o seu estado nervoso e a sua memória estavam a regressar à normalidade. A Carmina estava muito contente e manifestou profunda gratidão à Comissão. Apesar de a Carmina e a sua filha estarem a viver numa pequena cabana, o importante é que a cabana lhes pertence.

Como foram utilizadas as indemnizações

186. Optou-se por uma indemnização de 200 USD por ser um montante suficientemente grande para permitir aos beneficiários, na prática, melhorarem a qualidade de vida ao iniciar uma actividade, ou comprarem bens e serviços que pudessem ajudar a sua recuperação. Naturalmente, o montante da indemnização não era suficiente para pagar as intervenções onerosas e prolongadas de que muitas vítimas de violações graves de direitos humanos careciam.

187. Os beneficiários utilizaram o dinheiro de diversas formas. Era frequente o dinheiro ser utilizado para pagar tratamentos médicos, a educação dos filhos ou estabelecer uma actividade geradora de rendimento, tal como a produção animal ou a horticultura. Outros destinaram-no à aquisição de alimentos, de vestuário ou de abrigos.

O uso de indemnização resultante da Reparação Urgente de Danos

Se bem que os beneficiários do sistema de Reparação Urgente de Danos fossem livres de utilizar o dinheiro como desejassem, foi enfatizado que a Comissão esperava que o dinheiro fosse destinado à realização de melhoramentos duradouros na sua qualidade de vida. De facto, para muitos assim foi.

Eu usei o dinheiro para comprar medicamentos e tratar a minha doença e agora sinto-me um pouco melhor. Sinto-me suficientemente forte para fazer trabalhos ligeiros. Costumava tossir muito e agora quase nunca tusso, comentou uma sobrevivente, quando foi visitada alguns meses após ter recebido a indemnização.

Quando recebi o dinheiro de Comissão, usei-o para comprar...medicamentos tradicionais timorenses e também medicamentos de farmácia, para tratar a minha doença. Desde então tenho estado bem, comentou outra sobrevivente, acrescentando que com o resto do dinheiro comprou um porco para reprodução e alguns mantimentos.

Manuel Laka Suri também usou parte do dinheiro para melhorar a sua saúde. E usou o resto para pagar às pessoas que tratam dos meus campos, comprar mantimentos e pagar as propinas da escola das crianças.

188. A maioria dos beneficiários estavam gratos à Comissão por terem recebido a indemnização, embora muitos também dissessem que 200 USD não era um montante suficiente para responder às suas necessidades. Nos casos mais graves de vítimas que sofriam de problemas de saúde crónicos, ou de grande pobreza relacionada com os abusos sofridos, a indemnização não produziu uma verdadeira diferença. Estas vítimas precisam de um plano sustentável de reparação de danos. As recomendações da Comissão sobre a reparação de danos reflectem o sofrimento destas vítimas (ver Capítulo 11: Recomendações).

Resposta dos membros da comunidade

Em Timor-Leste, onde a pobreza é a norma, atribuir indemnizações a indivíduos seleccionados acarreta sempre riscos. Embora muitas famílias e membros da comunidade tivessem mostrado agrado quando souberam que alguém tinha recebido a indemnização, outros manifestaram inveja. Devido à possibilidade de uma reacção desfavorável por parte da comunidade, a Comissão não publicitou as indemnizações e informava os beneficiários que, no que dizia respeito à Comissão, as indemnizações eram confidenciais.

Luís Marçal dos Santos, um residente de Maliana (Bobonaro), ocultou da sua comunidade o facto de ter recebido o dinheiro: *Este dinheiro era segredo, portanto não disse a ninguém e ninguém me perguntou por ele.*

Sabina Marcelo Martins, de Bobonaro também manteve o silêncio sobre a sua indemnização: *Não falei a ninguém sobre o dinheiro, porque a Comissão disse que era confidencial. Tive medo que, se as pessoas soubessem, me batessem, porque há muitas outras vítimas que não receberam dinheiro.*

No entanto, para algumas vítimas não era possível ocultar a indemnização. Quando os membros da comunidade descobriam que um vizinho seu tinha recebido dinheiro, a sua resposta era variada. A comunidade de Manuel Laka Suri, que estava completamente consciente da sua situação, louvou a Comissão por ter ajudado o Manuel a tratar a sua doença.

Os membros da comunidade de Ponciano Maia não revelaram ressentimento nem demonstraram apoio activo *[A comunidade] não me criou quaisquer problemas, porque sabiam que eu tinha sofrido muito durante a guerra, por isso ficaram calados.*

Ponciano de Araújo teve uma experiência muito diferente. Alguns membros da sua comunidade perguntaram: *Porque é que nós não recebemos também algum dinheiro? Somos todos vítimas.*

Reflexões sobre o plano

189. impacto do apoio dado através do Plano de Reparação Urgente de Danos variava conforme a situação dos beneficiários. Dependia, entre outros factores, do estado físico e psicológico do indivíduo antes de receber a assistência, do tipo de necessidade a ser colmatada e do ambiente familiar e social que envolvia a vítima. No entanto, a Comissão acredita que o plano teve êxito por melhorar, ligeiramente mas de forma significativa, a qualidade de vida das vítimas de violações de direitos humanos.

190. plano também fazia parte de uma estratégia mais alargada para conferir reconhecimento oficial ao sofrimento das vítimas e procurar desenvolver com elas uma relação multifacetada. A primeira fase deste relacionamento foi iniciada com a recolha, pela Comissão, de testemunhos pessoais das vítimas. Algumas das vítimas prestaram, mais tarde, depoimentos nas audiências públicas; outras, participaram em Seminários de Restabelecimento, enquanto que outras ainda participaram em audiências de reconciliação comunitária nas suas aldeias.

191. Muitos dos comentários das pessoas que participaram no Plano de Reparação Urgente de Danos enfatizavam a importância que esta relação com a Comissão tinha tido para eles. Um residente da aldeia de Ritabou-Tiimatan (Bobonaro) comentou: "Estou realmente feliz porque ainda há amigos que cuidam de nós." Ao expressar o seu sentimento de vulnerabilidade e ausência de apoios enquanto vítima, uma residente da aldeia de Colégio (Bobonaro) comentou:

Sinto-me feliz porque a Comissão está a ajudar a cuidar das vítimas. Senão, não sabemos quem iria ajudar. Sinto-me feliz porque ainda existe uma boa Comissão e existem ONG como a Comissão e a CEP para ajudar as vítimas.

192. Ponciano de Araújo resumiu a resposta de muitas vítimas quando disse:

Quero agradecer a todos os amigos que trabalham na Comissão pelo reconhecimento da nossa luta na guerra e do nosso grande sofrimento e ansiedade.

193. número de vítimas que foram beneficiárias directas do Plano de Reparação Urgente de Danos foi pequeno, comparativamente aos 7.824 testemunhos recolhidos pela equipa da Comissão que desenvolveu o trabalho de apuramento de verdade. Ainda assim, a ajuda fez uma diferença prática nas vidas de algumas das vítimas mais vulneráveis. Também proporcionou um certo grau de apoio moral, emocional e espiritual. Sendo uma medida temporária, com uma duração igual à da vigência da Comissão, demonstrou o nosso empenho em assegurar que as vítimas recebessem este tipo de assistência. O Plano da Comissão para a Reparação de Danos, incluído no Capítulo 11: Recomendações, resume as recomendações da Comissão sobre o que deve ser feito para continuar a desenvolver o trabalho nesta área.

10.3.5 Perfis Comunitários

Enquadramento

194. Os seminários de Perfil Comunitário acrescentaram uma dimensão de grupo ao trabalho de apoio às vítimas e de apuramento de verdade realizado pelas equipas distritais. Pequenos grupos de pessoas das comunidades rurais debateram o impacto dos abusos de direitos humanos ao nível comunitário. Os seminários eram facilitados e gravados pelos membros das equipas distritais responsáveis pelo apoio às vítimas. Deste modo, as comunidades podiam examinar a história do conflito numa perspectiva local. Nestes seminários, a comunidade evidenciou o reconhecimento do facto de as comunidades, tal como os indivíduos, terem sido vítimas durante os anos do conflito e precisarem de apoio.

195. Na maioria das regiões, as equipas distritais utilizaram os seminários de Perfil Comunitário para apresentar o seu programa à comunidade. Para além de debater o mandato e os programas da Comissão, envolveram a comunidade num exercício prático, que era baseado na comunidade e, portanto, acessível. Ao escolher os seminários como o portal de entrada para o programa mais alargado, a Comissão desejava demonstrar o seu respeito pelas características distintivas de cada comunidade e procurar compreendê-las. As equipas também tiveram a oportunidade de fazerem perguntas sobre certos grupos da comunidade que poderiam precisar de um maior apoio e saber se as actividades de reconciliação comunitária seriam adequadas à comunidade em questão.

196. Por várias razões, os seminários de Perfil Comunitário foram parte importante e enriquecedora do trabalho da Comissão.

- Nas zonas rurais de Timor-Leste, as actividades centradas na comunidade e não no indivíduo, são um formato culturalmente mais adequado e eficaz de debater assuntos importantes. Foram também uma forma de recorrer à forte tradição oral das comunidades rurais.
- Eram uma oportunidade para sondar as opiniões comunitárias sobre aquilo que as vítimas poderiam fazer para contribuir para a sua própria recuperação, após terem sofrido de abusos de direitos humanos. Mesmo nas comunidades onde não existia grande debate sobre as necessidades de restabelecimento da comunidade, a reflexão sobre as experiências do passado podia ser, em si mesma, um processo de restabelecimento.
- Numa perspectiva de apuramento da verdade, os seminários de Perfil Comunitário complementaram o registo de testemunhos pessoais. Eram especialmente úteis na identificação dos padrões sociais, económicos e políticos e no impacto profundo das violações de direitos humanos sobre as comunidades, ao longo dos 25 anos cobertos pelo mandato da Comissão.
- Os relatos que surgiram dos seminários de Perfil Comunitário revelaram como as várias comunidades e regiões sofreram de modo diferente e em épocas diferentes, durante os conflitos. A perspectiva nacional não proporciona uma discriminação tão detalhada entre as regiões, enquanto que os testemunhos pessoais não possibilitam uma perspectiva global da comunidade mais alargada.
- Estas histórias pessoais proporcionam uma melhor compreensão da situação actual das comunidades locais e de como planear a prevenção futura de conflitos.

Processo de selecção

197. Em cada distrito, dois funcionários distritais de Apoio às Vítimas, uma mulher e um homem, receberam formação da Comissão sobre métodos participativos para facilitar os seminários de Perfil Comunitário. As equipas tinham por objectivo a realização de cinco debates comunitários em cada subdistrito. Os participantes em pelo menos um dos cinco debates deveriam ser refugiados recentemente repatriados, atribuindo prioridade àqueles que estavam a ser ostracizados pelas comunidades às quais tinham regressado. Outro grupo de debate seria exclusivamente de mulheres. O objectivo de constituir grupos de debate só de mulheres era o de conseguir ultrapassar a reticência que revelavam em ser parte activa nos debates em grupo, especialmente quando o tema do debate era um recontar da história, um domínio tradicionalmente reservado aos homens.

198. Os funcionários distritais das equipas de Apoio às Vítimas, juntamente com o Coordenador Distrital e os Comissários Regionais, foram responsáveis pela selecção das aldeias e grupos especiais onde se iriam realizar os seminários. A selecção era muitas vezes baseada no conhecimento anterior que os membros da equipa já tinham da área, ou na informação que resultava da reunião subdistrital, realizada no início do programa trimestral do subdistrito. Nestas reuniões, muitas vezes os funcionários subdistritais, os chefes de aldeia e os anciões comunitários identificavam aldeias com uma elevada concentração de refugiados recentemente repatriados. Também seleccionavam mulheres para participarem nos grupos de discussão de mulheres, dando prioridade às mulheres que tinham sido sujeitas a violações, ou que tinham tido um papel activo na Resistência.

199. Na prática, o número de seminários de Perfil Comunitário realizados em cada subdistrito foi variável. Algumas equipas não conseguiram alcançar o objectivo de cinco debates comunitários, outras conseguiram realizar seminários em todas as aldeias do seu distrito. Por vezes, os funcionários distritais realizaram seminários conjuntos, com a participação de duas ou mais aldeias. Em vários subdistritos, tais como no subdistrito de Natarbora (Manatuto) e subdistrito de Bobonaro (Bobonaro), as comunidades com um historial de conflito foram intencionalmente reunidas. Ao relatarem a verdade e partilharem perspectivas, as comunidades puderam compreender melhor as origens das velhas inimizades e assim enfrentá-las. Nestes casos, os seminários serviram de instrumento de reconciliação.

Aliviar de tensões históricas através do debate na comunidade

Bobonaro é um subdistrito de grande dimensão, que engloba 18 sucos. A equipa distrital da Comissão decidiu que era importante que todas as aldeias participassem nos seminários de Perfil Comunitário, visto todas terem sofrido o impacto de violações de direitos humanos entre 1974 e 1999 e todas concordaram em participar. Algumas aldeias realizaram debates conjuntos.

As aldeias vizinhas de Oleou, Tapo e Leber foram intencionalmente seleccionadas para um debate conjunto, devido ao seu longo historial de conflito. Durante muitas décadas, os homens destas aldeias tinham lutado por terras e fronteiras comunitárias. Durante o conflito civil de 1974/1975, as tensões entre as três aldeias eclodiram sob a forma de violência. Apesar da invasão e ocupação indonésias terem posto termo ao conflito aberto, as diferenças comunais e políticas foram expressas através do relacionamento com as forças ocupantes. Sentimentos de desconfiança e o desejo de vingança continuaram a germinar, tendo reemergido após a Consulta Popular de Agosto de 1999.

No seminário de Perfil Comunitário, os participantes provenientes das três aldeias acusaram-se abertamente, revelando mais claramente a natureza do seu conflito histórico.

O povo de Leber considerava as aldeias de Tapo e Oeleu como bastiões da UDT, leais à administração colonial portuguesa. O povo de Tapo desconfiava de há muito de Leber, inicialmente considerando-a como uma aldeia da Apodeti e depois como uma base para as forças especiais das forças armadas indonésias. O grupo de Tapo acusou Leber de matar civis, enquanto que o povo de Leber lembrou aos presentes que, nos meados da década de 70, os apoiantes da Fretilin em Tapo e Oeleu tinham atacado Leber, queimando centenas de casas e obrigando o povo de Leber a fugir para as montanhas. Por sua vez, os participantes provenientes de Oeleu acusaram a Fretilin de, em 1975, ter feito deslocar centenas de apoiantes de UDT, que tiveram de procurar refúgio nas montanhas de Covalima, ou fugir para Timor Ocidental. Embora mais tarde Tapo e Oeleu fossem consideradas bases de apoio da Fretilin, antes da independência ficaram conhecidas como áreas férteis para o recrutamento de milícias pró-integração.

No entanto, à medida que cada comunidade relatava o historial horrendo de violações, estas suspeitas e tensões iniciais começaram a desvanecer-se.

Os participantes de Oeleu disseram que em 1975/1976 os militares indonésios mataram centenas de pessoas na sua aldeia. Em 1978/1979 muitas centenas mais morreram de doença e fome. Eles lembraram que cerca de uns cem homens da sua aldeia tinham sido capturados e recrutados à força pelos militares indonésios. Em 1986, a introdução do Programa de Planeamento Familiar indonésio resultou na morte de quatro mulheres em Oeleu. Nos finais de 1990, cerca de 80 pessoas da aldeia aderiram a organizações clandestinas. Muitos dos jovens de Oeleu passaram a estar sob suspeita e foram capturados e torturados. Os militares indonésios também reagiram a esta evolução forçando os aldeões a aderir à *Hansip (Pertahanan Sipil, Defesa Civil)*. Os que recusaram foram espancados e esfaqueados. Em 1999, vários jovens foram intimidados a aderir ao grupo de milícias *Dadurus Merah Putih*. Nas semanas imediatamente anteriores à Consulta Popular, queimaram cerca de 200 habitações, saquearam outras e mataram seis pessoas. Muitos dos residentes fugiram para as montanhas antes e depois do referendo. Depois do anúncio dos resultados do referendo, cerca de 200 famílias foram evacuadas para Atambua, onde cerca de 50 pessoas morreram de doença e uma foi morta. Os participantes de Tapo explicaram que, em 1974/1975, a sua aldeia tinha sido um baluarte da UDT. Depois, subitamente, juntaram-se à Fretilin na luta contra os apoiantes da Apodeti provenientes de Leber, que, tendo-se juntado aos militares indonésios, tinham assassinado civis e hasteado a bandeira indonésia numa aldeia vizinha. Em 1976/1977, os militares indonésios e a Fretilin estiveram constantemente envolvidos numa luta armada que resultou em baixas em ambos os lados, bem como na destruição de centenas de habitações à volta de Tapo. Tal como os residentes de Oeleu, os aldeões de Tapo lembraram que centenas de habitantes da sua aldeia tinham sofrido, primeiro quando se tinham refugiado nas florestas e depois quando tinham sido alojados em campos no distrito vizinho de Ermera. Centenas morreram devido à fome e à doença. Os participantes de Tapo também conheciam homens que tinham sido recrutados à força pelos militares indonésios durante os anos 80, para integrar as operações designadas por 'Cercos de Pernas'.^v Eles referiram que, em 1999, alguns jovens da sua aldeia tinham sido capturados e torturados no posto militar de Maliana e depois recrutados à força para se tornarem membros das milícias. Tal como no caso de Oeleu, a história de Tapo sobre violações cometidas, terminou com os aldeões a sofrerem de doença e fome nos campos de refugiados em Timor Ocidental.

Os participantes de Leber recordaram que centenas das suas habitações tinham sido saqueadas e queimadas em Agosto de 1975 por um grupo de combatentes da Fretilin, que incluía pessoas de Tapo e de Oeleu. Após a invasão indonésia, em Dezembro de 1975, centenas de pessoas fugiram para as florestas e para as aldeias vizinhas. Em 1977/1978, cerca de 100 civis de Leber morreram de fome nas montanhas e centenas de outros morreram devido a ataques dos militares indonésios. Em Maio de 1982, todos os mancebos civis de 17 ou mais anos de idade foram obrigados a participar na operação de 'Cercos de Pernas', que durou perto de um mês. Durante a operação eles não receberam qualquer alimento, tiveram de sobreviver por si próprios, enquanto procuravam guerrilheiros da Fretilin no Monte Ramelau e em Manufahi, Ainaro e Atsabe. A população de Leber queixou-se de que era sempre considerada culpada pela violência perpetrada pelos militares indonésios. Nos anos 90, vários jovens juntaram-se às redes clandestinas e recolheram dinheiro dos aldeões, para ajudar as Falintil. Em 1998, as Forças Especiais capturaram seis jovens de Leber, matando um e torturando os outros. Quando em Maio de 1999, os militares indonésios formaram a milícia *Dadurus Merah Putih*, foram capturados e espancados outros jovens de Leber e muitas habitações foram saqueadas.

Estes resumos históricos ajudaram os participantes a aperceberem-se de que nenhuma das aldeias tinha estado comprometida com um partido político em exclusivo e que todas tinham sofrido nas mãos dos militares indonésios. Todos tinham sofrido o deslocamento imposto, e a doença e fome que daí resultaram, todos tinham vivido a experiência do recrutamento forçado bem como da evacuação das suas casas, todos tinham passado por experiências de espancamento e tortura pelas forças indonésias e todos tinham visto os seus jovens juntarem-se aos militares indonésios para destruir as suas próprias comunidades. Estes padrões comuns de violação de direitos humanos proporcionaram aos aldeões uma nova compreensão do seu passado e uma via para prosseguirem com menos animosidade entre as comunidades.

Este relato foi extraído do Perfil Comunitário da CAVR, de Oeleu, Tapo e Leber, subdistrito de Bobonaro, distrito de Bobonaro, 24 de Novembro de 2003.

^v Trata-se de um conjunto de operações militares em larga escala destinadas a obrigar os guerrilheiros a deixarem as florestas. Para mais informação sobre estas operações, ver secção 3.11 Operação Segurança.

Participação

200. Apesar da diversidade de participantes nos seminários de Perfil Comunitário, os que mantiveram participação regular incluíram o chefe de aldeia, representantes dos partidos políticos, membros de organizações de juventude e das mulheres, os anciões da comunidade, os líderes religiosos locais, os participantes activos no movimento clandestino, bem como as vítimas e os perpetradores de violações de direitos humanos. A Comissão procurava alcançar um equilíbrio de perspectivas, embora às vezes fosse difícil.

201. Dos 297 seminários de Perfil Comunitário compilados, três não incluíram a lista dos participantes. Nos restantes 294 há o registo de uma média de 16 pessoas a assistir a cada reunião, o que significa que mais de 4.700 pessoas em todo o país participaram nos seminários.

202. Em média, havia uma proporção maior de homens a assistir aos seminários (76%) do que de mulheres. Em 11,5% (31 de 270) dos seminários abertos tanto a homens como a mulheres, não houve a participação de qualquer mulher. Nas 24 reuniões destinadas só a mulheres, houve uma participação média de 15 mulheres. Em duas destas reuniões destinadas só a mulheres houve alguns homens que participaram e falaram.

203. Todas as equipas distritais verificaram a ausência de equilíbrio de género, tanto ao nível da presença como ao nível da participação no debate. Algumas razões apontadas para esse desequilíbrio são o facto de, tradicionalmente, as mulheres não participarem em reuniões públicas e o seu trabalho, especialmente a responsabilidade pelos filhos, as manterem em casa. Pensa-se que, mesmo quando as mulheres assistiram, muitas poderão ter-se sentido incapazes de falar em público sobre a violência vivida, ou não se terão sentido à-vontade para falarem na presença dos seus maridos.

204. Era mais fácil às mulheres falarem directamente sobre as violações, tais como a violação sexual, quando os homens não estavam presentes. Se a questão da violência sexual fosse abordada na presença de homens, era-o normalmente de uma forma indirecta, como quando as mulheres se referiam a terem sido danificadas ou partidas. As equipas distritais resolveram formalmente esta questão através da organização de reuniões destinadas exclusivamente a mulheres e por vezes informalmente, através de encontros separados de facilitadoras com mulheres que assistiram a um seminário misto.

205. Os seminários só para mulheres foram um fórum precioso para compreender as experiências da comunidade durante o conflito. O êxito obtido na apresentação de uma perspectiva menos distorcida por lealdades políticas indica que seria útil realizar mais seminários deste tipo.

O metodologia do Perfil Comunitário

206. A duração dos seminários variava entre várias horas e um dia inteiro. Durante os seminários, os funcionários da equipa de Apoio à Vítima utilizaram a cronologia histórica, mapas esquemáticos e debates de grupos-alvo para ajudar os membros da comunidade a localizar, cronológica e geograficamente, as suas experiências de violações de direitos humanos.

207. A maioria das sessões foi iniciada com o recordar de violações cometidas entre 1975 e 1999. Um facilitador explicou que normalmente iniciava os debates colocando aos participantes perguntas como: “Onde é que estava em 1974/1975?” “Quem é que trouxe os vários partidos políticos para a vossa aldeia?” “Como é que você e os seus vizinhos decidiram integrar este ou aquele partido?” Este tipo de perguntas estimulava a continuação do debate, e gerava resumos históricos que, normalmente, eram registados como texto narrativo e não como cronologia histórica.

208. O debate sobre a experiência comunitária também foi induzido através da elaboração de mapas esquemáticos. Em alguns casos, o esboço do mapa esquemático era desenhado por alguns indivíduos antes dos debates comunitários. Por exemplo, no distrito de Bobonaro os membros da equipa e o chefe de aldeia fizeram um levantamento da aldeia antes do início do seminário, para desenhar um esboço ilustrando zonas de floresta, hortas, arrozais, mercados, igrejas, clínicas de saúde e escolas. Este mapa rudimentar de natureza topográfica/sociológica era depois exposto

durante o seminário, para ajudar a população a recordar as violações de direitos humanos. À medida que os participantes relatavam as violações na sua comunidade, mais ou menos por ordem cronológica, eram convidados a indicar no mapa o local da sua ocorrência. Isto ajudava a contextualizar o debate sobre questões específicas. Esta abordagem normalmente resultava em relatórios de Perfil Comunitário que, mais do que analisarem o impacto social e económico das violações sobre a comunidade, documentavam a história das comunidades.

209. Ao participarem nestes debates no início do seu trabalho com as comunidades, os Comissários Regionais e os funcionários da Comissão desenvolveram a confiança e a compreensão mútuas. Isto ajudava na execução do seu trabalho como, por exemplo, na recolha de testemunhos pessoais, nas audiências de reconciliação comunitária e no trabalho individual de apoio a vítimas.

Mapas esquemáticos

210. Uma característica importante dos seminários foi a produção de mapas esquemáticos. Os mapas, por vezes desenhados por participantes nos seminários, outras vezes pelos funcionários distritais da Comissão, serviam para registar as violações e simultaneamente evocar recordações sobre elas. Foram uma ferramenta particularmente útil para estimular o debate entre os membros da comunidade com baixo nível de alfabetização. Também serviram para revelar o terror prolongado vivido por muitas comunidades ao longo de 25 anos.

211. Em alguns mapas foi utilizado um código cromático para distinguir os eventos e o seu impacto. Por exemplo, em alguns mapas os postos das Falintil foram marcados com bandeiras brancas e amarelas, de modo a serem distinguidos dos postos dos militares indonésios que tinham bandeiras vermelhas e brancas. Foram utilizadas cruces cor-de-rosa para indicar locais onde tinham sido mortas pessoas pelos militares indonésios e cruces azuis para marcar o local de morte devido à fome e à doença, e o número total de pessoas mortas foi realçado com marcadores cor-de-rosa ou vermelhos (ver Mapa esquemático 11, abaixo). Alguns mapas centraram-se em eventos que tiveram lugar durante apenas um ou dois anos; noutros, foi realçado, de várias formas, um período temporal mais prolongado. Por exemplo, o Diagrama 1 – Mapa esquemático Iliomar (Iliomar, Lautém) foram utilizadas anotações para registar as informações sobre o período histórico, enquanto que o Diagrama 2 – Mapa esquemático Pairara Moro, (Lautém) foram acrescentadas setas para registar abusos no mesmo local, mas em diferentes momentos históricos.

Diagram 1 - Mapa esquemático de Iliomar I
Diagram 2 - Mapa esquemático de Pairara

212. Outras comunidades evidenciaram as diferenças na periodização de acontecimentos produzindo mais do que um mapa. Quando colocados lado a lado, os mapas esquemáticos 3 e 4 dos seminários comunitários em Beco 2/Tasilin (Zumalai, Covalima) mostram a conturbação sofrida por esta comunidade no início e no fim da ocupação indonésia, em 1975 e 1999. O mapa de 1977 mostra um tanque militar a entrar na área e o mapa de 1999 mostra camiões com refugiados a serem evacuados para Atambua. Ambos os mapas mostram soldados armados, casas a arderem e aldeões a fugirem para as montanhas.

Diagram 3 - Mapa esquemático de Beco 2/Tasilin 1977
Diagram 4 - Mapa esquemático de Beco 2/Tasilin 1999

213. O Diagrama 5 – Mapa esquemático da aldeia de Guda (Lolotoe, Bobonaro) e o Diagrama 6 – Mapa esquemático de Osso-Huna (Baguia, Baucau) são duas representações dos bombardeamentos aéreos das aldeias e dos aldeões a esconderem-se nas montanhas.

Diagram 5 - Mapa esquemático de Guda
Diagram 6 - Mapa esquemático de Osso-Huna

214. Alguns dos mapas indicam uma contagem de vítimas através de anotações e da inserção de cruces como se vê no Diagrama 7 – Mapa esquemático de Uaitame (Quelicai, Baucau). O mais comum, no entanto, é a inserção de uma caveira com duas tíbias cruzadas, uma técnica simples capaz de transmitir o trauma através do mero peso das imagens repetidas, como apresentado no Diagrama 8 – Mapa esquemático de Caimauk (Turiscai, Manufahi), no Diagrama 9 – Mapa esquemático de Ura-Hoci (Hatolia, Ermera), e no Diagrama 10 – Mapa esquemático de Mahaklusin (Alas, Manufahi).

Diagram 7 - Mapa esquemático de Uaitame

Diagram 8 - Mapa esquemático de Caimauk
Diagram 9 - Mapa esquemático de Ura-Hoci
Diagram 10 - Mapa esquemático de Mahaklusin

215. Quando analisados em conjunto, os mapas esquemáticos produzidos pelas reuniões comunitárias da Comissão – desde mapas mais rudimentares como o Diagrama 11 – Mapa esquemático de Rasa (Lospalos, Lautém) até ao Diagrama 12 – Mapa esquemático de Miligu (Cailaco, Bobonaro), mais detalhado, passando por mapas como o Diagrama 13 – Mapa esquemático de Taiboco (Pantai Makasar, Oecusse), que regista as violações em movimento – oferecem imagens visuais que auxiliam a formular uma ideia do impacto colectivo das violações de direitos humanos em Timor-Leste de 1974 até 1999.

Diagram 11 - Mapa esquemático de Rasa

Diagram 12 - Mapa esquemático de Miligu

Diagram 13 - Mapa esquemático de Taiboco

216. Mapa esquemático 14: Beidasi (Fatululik, Covalima) é uma advertência para o facto de que, apesar do alcance e magnitude da violência em Timor-Leste, o seu impacto nas comunidades locais nunca foi anónimo. A comoção transmitida pelo mapa está expressa nos nomes escritos junto a cada casa, que identificam a propriedade, a residência, e a comunidade. É a justaposição desta comunidade profundamente entrelaçada, onde todos se conhecem e estão interligados, com umas quantas pequenas anotações – “Verónica morreu aqui” ao lado de uma dupla cruz preta e cor-de-rosa para indicar que foi morta pelas milícias, “82 pessoas mortas pelas TNI” escrito abaixo de uma cruz cor-de-rosa, e “30 crianças morreram” escrito acima de uma cruz preta para indicar morte devido a fome – que é notável. Isto transforma aquilo que seria um mapa vulgar de um bairro num documento que regista a história da violência e do sofrimento de uma comunidade. Durante anos perpetraram-se violações junto à casa de Alberto e de Carlos, de Martinho e de Mauseu, e de tantos outros indivíduos e famílias.

Diagram 14 - Mapa esquemático de Beidasi

Impacto

217. Através dos seminários de Perfil Comunitário, muitas comunidades rurais ganharam o sentido de respeito e de reconhecimento, por as suas experiências terem sido ouvidas e registadas no âmbito de um processo oficial e nacional de relatar a verdade.

218. Todas as equipas distritais mencionaram a reacção positiva das comunidades rurais, que estavam gratas por terem tido a oportunidade de falarem sobre as suas experiências durante os conflitos. Como os debates eram comunais, e não realizados em privado, os momentos de catarse ou introspecção sobre o passado tornaram-se parte da experiência da comunidade, tal como aconteceu nas Audiências das Vítimas.

219. Os seminários não forneceram dados empíricos que pudessem ser registados ou analisados de forma a permitirem realizar comparações regionais. O valor do material recolhido nestes seminários advém do seu pormenor e da sua focalização local. Os pontos fracos da informação obtida incluem o facto de geralmente não ter sido possível às comunidades fornecerem dados estatísticos exactos do número de pessoas que morreram de fome, ou durante as campanhas militares em grande escala que perturbaram completamente a vida comunitária. As datas dos eventos nem sempre eram específicas ou exactas, e os números relacionados com bens, como por exemplo, o número de cabeças de gado morto, eram frequentemente generalizados. Além disso, as histórias relatadas dependiam dos participantes – das suas idades e portanto da fiabilidade e capacidade das suas memórias, do seu grau de alfabetização, do seu sexo, bem como da filiação política. Por exemplo, se a maioria dos participantes fosse membro de um determinado partido, isso poderia constituir obstáculo à abordagem das violações cometidas por esse partido.

220. Apesar das suas limitações como ferramentas para o apuramento da verdade, os Perfis Comunitários foram, no mínimo, capazes de apresentar uma visão alargada da experiência de uma comunidade ao longo de 25 anos de conflitos políticos. No entanto, frequentemente conseguiram transmitir muito mais do que isso, proporcionando uma visão do impacto sobre a comunidade tanto de fenómenos gerais (tais como deslocações em massa e o recrutamento forçado) como de eventos específicos (tais como a revolta de Mauchiga, e os massacres de Kraras e de Santa Cruz) e ainda de muitos outros incidentes que nunca antes tinham obtido reconhecimento fora da localidade onde tinham ocorrido.

10.3.6 Lições Aprendidas

Acolhimento, refugiados e Timor Ocidental

221. Os intervenientes estatais e não estatais em Timor-Leste precisam de continuar a trabalhar com os timorenses de leste em Timor Ocidental. Este trabalho precisa de se centrar no processo de edificação da confiança e da compreensão mútua, na partilha da informação, e na ajuda àqueles que decidam regressar a Timor-Leste. Este trabalho só é viável se existir cooperação entre o governo e as instituições não governamentais de Timor-Leste e da Indonésia. Um elemento essencial para construir a relação de confiança entre os timorenses de leste em Timor Ocidental é a regularidade do relacionamento entre os timorenses de leste de ambos os lados da fronteira, que deve demonstrar um empenho contínuo para com as suas necessidades.

222. O trabalho da Comissão com os timorenses de leste em Timor Ocidental representa uma contribuição para um processo que teve início antes da criação da Comissão, e continuará após o termo do seu mandato. Apesar do apoio da comunidade internacional ser vital para garantir esta continuidade, ele não se concretizará sem um compromisso claro e de alto nível para com este trabalho por parte do governo de Timor-Leste.

223. Qualquer trabalho futuro nesta área terá de enfrentar um certo número de questões difíceis, nomeadamente:

- Encontrar formas construtivas de falar com os refugiados sobre a reconciliação. Um obstáculo ao debate construtivo é a divergência existente entre os que vêem a reconciliação como uma questão política ligada à amnistia para os crimes cometidos no passado, e os que a vêem como uma questão social de sarar as divisões entre pessoas e comunidades. O facto da hierarquia do poder em Timor Ocidental ter solidificado estas diferenças de perspectiva torna-as particularmente difíceis de eliminar.
- Continuar a procurar formas de ultrapassar os obstáculos que as mulheres enfrentam em participarem plenamente no processo de tomada de decisão sobre o seu futuro e o futuro das suas famílias.
- Aprofundar e aproveitar as parcerias, as experiências e a boa-vontade desenvolvida com indonésios individualmente e com o governo e as instituições não governamentais da Indonésia.

224. É preciso manter um apoio continuado à reintegração dos que regressam às suas comunidades bem como às comunidades que os acolhem. A reintegração não é um processo instantâneo, mas um processo que requer atenção e apoio constantes durante um determinado período de tempo. A confiança mútua só regressará gradualmente. Embora a maior parte do trabalho de reintegração seja essencialmente da incumbência dos indivíduos, das famílias e das comunidades, apoiados por instituições locais tais como a Igreja e os líderes tradicionais, a experiência da Comissão nesta área mostra que as comunidades podem beneficiar do apoio de uma instituição nacional legítima e respeitada.

Reparação de Danos

225. Programa da Comissão para a Reparação Urgente de Danos ajudou algumas das vítimas mais desfavorecidas a satisfazerem as suas necessidades mais imediatas. O plano disponibilizou ajuda financeira e não financeira a indivíduos e a comunidades. Através deste trabalho, a Comissão desenvolveu uma percepção mais clara das vantagens e desvantagens

dos diferentes tipos de planos de reparação de danos no contexto timorense, e assim formular recomendações para uma abordagem mais completa.

226. A Comissão está consciente de que o seu Plano de Reparação Urgente de Danos foi uma medida provisória, que de maneira nenhuma deve ser considerado como substituto de um programa completo e a longo prazo.

227. A Comissão acredita que existe a necessidade urgente de se estabelecer um programa completo e multifacetado de reparação de danos, que seja actuante para além da vigência Comissão. Este programa deve ir ao encontro das necessidades das vítimas, reconhecendo-as formalmente como tal, através da homenagem e preservação das suas memórias, e da disponibilização de serviços sociais e de ajuda económica. Tal programa deverá ter por alvo os indivíduos e as comunidades.

228. A Comissão aprendeu que é difícil atrair apoio financeiro para um plano de reparação de danos, quer de fontes nacionais quer internacionais. Os políticos, os que formulam políticas e outros capazes de disponibilizar fundos, têm a tendência de remeter os programas de reparação de danos para o domínio genérico do desenvolvimento nacional. A reparação de danos não deve ser tratada desta forma: desempenha um papel complementar, mas bastante diferente, do desenvolvimento nacional, dado ser fundamental para assegurar a justiça e a protecção dos direitos humanos na nossa sociedade pós-conflito. Esta questão é abordada mais pormenorizadamente no Capítulo 11: Recomendações.

Vítimas

229. A Comissão aprendeu muito durante os dois anos de trabalho com as vítimas. A força e a resistência silenciosa de muitos dos sobreviventes, a sua dignidade e generosidade para com os outros, e o seu desejo de participarem na formação da sua nova nação são uma fonte de inspiração. As famílias, as comunidades e os valores da cultura timorense foram, por vezes, capazes de ajudar a amparar e a sarar as feridas das vítimas. Noutras ocasiões foram obstáculos ao restabelecimento e ao sarar das feridas. Também aprendemos que a vida de muitas pessoas é hoje difícil devido à violência a que foram sujeitas. Assim que atingem um certo nível de segurança, seja ela física, mental ou económica, os indivíduos, as famílias e as comunidades podem fazer muito no sentido da sua própria recuperação. Mas é frequente precisarem também de ajuda externa - sob a forma de serviços de saúde física e mental, de educação e de formação -, de meios para restabelecer a sua capacidade de se sustentarem economicamente, de reconhecimento e do sentimento de que o Estado se preocupa com o seu bem-estar.

230. Uma área clara do futuro trabalho de apoio às vítimas é a da saúde, incluindo a saúde mental. A experiência de violência e perda pode ter consequências profundas para a saúde mental e o bem-estar das vítimas. Os Seminários de Restabelecimento foram uma oportunidade para aprender mais sobre as necessidades das vítimas nesta área, para dar apoio, e para encaminhar as pessoas para os serviços especializados quando estes existiam. A Comissão também trabalhou com uma equipa mista de saúde mental e comunitária da Universidade de New South Wales, para realizar uma avaliação preliminar das necessidades das vítimas de violações de direitos humanos à luz das conclusões da Comissão nesta área.

231. A Comissão constatou que muitas das vítimas de violações de direitos humanos continuam a ser afectadas por problemas de saúde em resultado dos abusos sofridos. A Comissão conheceu vítimas que tinham balas alojadas nos seus corpos, feridas que não sararam, ossos [partidos] que não cicatrizaram, problemas ginecológicos em resultado de violações e uma variedade de incapacidades físicas causadas por tortura repetida ou prolongada. Sem a devida atenção às suas necessidades de saúde, estas vítimas não serão capazes de assumirem o lugar que lhes é devido como cidadãos activos de Timor-Leste.

232. Estes factos apontam para a necessidade de uma avaliação detalhada, que possa servir de base a um programa de apoios na área da saúde, o qual faria parte do plano de reparação de danos postosto.

233. A Comissão identificou certos grupos específicos na comunidade que aparentam estarem particularmente vulneráveis aos problemas de saúde mental. Os problemas destes grupos não se limitam às doenças mentais que necessitam de tratamento clínico, mas sim a todas as componentes do bem-estar mental que permitem a uma pessoa desenvolver-se e viver uma vida plena. A justiça, a compaixão e a procura duma sociedade justa e inclusiva requerem medidas para restabelecer o bem-estar mental e físico das vítimas que os perderam, em resultado de actos de abuso. Os grupos que a Comissão identificou como sendo de alto risco e que, portanto, deveriam estar no centro de qualquer programa futuro, são os seguintes:

Sobreviventes de violações sexuais

234. Através dos seminários de restabelecimento e de outras actividades, tornou-se evidente que as mulheres que tinham sido sexualmente violadas tinham uma maior tendência para apresentarem sintomas de trauma do que as vítimas de outras violações. Isto pode dever-se em parte ao facto de muitas mulheres violadas, ou forçadas a viver situações de escravatura sexual pelos militares indonésios, relatarem que tinham sido proscritas pelas suas famílias e comunidades e que por isso tinham perdido o apoio necessário ao seu restabelecimento e ao seu bem-estar mental. O sofrimento de uma mulher que tenha gerado filhos em consequência de uma violação, ou que tenha vivido uma situação de escravatura sexual, é ainda pior. Existem comunidades, como a de Suai, onde as mulheres foram sujeitas a violações sexuais em massa depois da Consulta Popular de 1999, e onde existem um grande número de mulheres a precisarem de apoio.

235. A Comissão verificou que, duma forma geral, as jovens violadas durante a violência ocorrida em 1998/1999 apresentavam sintomas de trauma mais profundo e persistente do que as mulheres mais velhas violadas em períodos anteriores do conflito. A explicação para esta diferença pode residir no facto de as mulheres mais velhas terem beneficiado de apoio por já terem um papel estabelecido como membros de uma família e de uma comunidade, enquanto que as violações sexuais das mais jovens parecem ter impedido o desenvolvimento destes papéis. Ao mesmo tempo, o grupo mais velho era geralmente menos aberto relativamente às suas experiências e, portanto, [essas mulheres] tinham uma menor probabilidade de receberem apoio se dele necessitassem.

Jovens, em particular, nas áreas urbanas

236. Nos conflitos políticos em Timor-Leste, os jovens constituíam um grupo que, frequentemente, sofreu e cometeu actos de violência. O surgimento do movimento clandestino nos anos 80 resultou na participação de muitos jovens nas actividades da Resistência. Outros envolveram-se em grupos criados pelos militares indonésios em reacção à Resistência. A educação de muitos destes jovens foi interrompida pelo seu envolvimento em actividades clandestinas, por períodos de prisão e por ferimentos graves em consequência de tortura e maus-tratos.

237. Muitos destes jovens eram adolescentes nos anos 90, e têm agora idades entre os vinte e os trinta e poucos anos. Com falta de instrução formal e de formação, muitos sentem-se excluídos das oportunidades existentes no novo Timor-Leste, que consideram terem ajudado a criar. Ao contrário das jovens, que geralmente desempenham um papel social de manutenção da casa e da família, muitos jovens vivem à margem da sociedade. A Comissão constatou raiva e frustração entre muitos dos jovens sobreviventes masculinos. O seu isolamento é agravado pelos constrangimentos sociais que inibem os homens de procurarem assistência ou falarem

sobre assuntos emocionalmente difíceis. A falta de trabalho e de oportunidades de educação intensificam os seus problemas.

238. Estas questões colocam muitos jovens em risco de enfrentarem problemas de saúde mental. Juntando a isso o seu intenso contacto com a violência quando mais novos, este fenómeno também causa preocupações quanto à estabilidade doméstica e social. Estes jovens deveriam ser uma das grandes prioridades em qualquer apoio futuro.

Homens de meia-idade incapacitados

239. A Comissão constatou que muitas das vítimas masculinas de meia-idade tinham “os corpos partidos” em resultado de tortura ou de espancamentos severos e, frequentemente, repetidos. Esta incapacitação tem implicações económicas graves, especialmente para os que vivem num meio rural cujo sustento depende da sua capacidade de trabalhar a terra. Muitos expressaram ansiedade e mostraram sinais de stress por não serem capazes de sustentarem as suas famílias, e pelo impacto que isso teria na educação e oportunidades futuras dos seus filhos. Incapazes de desempenharem o seu papel de sustento da família, muitos destes homens tornam-se vulneráveis a problemas de saúde mental.

Ex-presos políticos e sobreviventes de tortura

240. A Comissão ouviu repetidamente relatos de como as forças de segurança indonésias torturaram, de forma rotineira, as pessoas que detinham. Também ouviu relatos de tortura e maus-tratos infligidos pelos partidos políticos de Timor-Leste nos primeiros anos do conflito. As consequências psicossociais da tortura estão bem documentadas. A Comissão trabalhou de perto com muitos ex-presos políticos e com pessoas que sobreviveram à tortura. Em alguns casos, os presos políticos mostraram-se capazes de enfrentar o stress pós-traumático. No entanto, a Comissão também ouviu relatos de muitos ex-presos políticos que dizem guardar o sofrimento bem no íntimo do seu ser. Embora eles pareçam ser capazes de enfrentar a vida quotidiana, no seu íntimo continuam a sofrer. Algumas das vítimas disseram à Comissão que os sentimentos mais profundamente enraizados, por vezes, irrompem sob a forma de violência dentro da família. Os antigos detidos são um grupo de alto risco que deveria ser apoiado em futuros programas.

Vítimas e familiares das vítimas de violência pela Fretilin/Falintil

241. A Comissão tomou conhecimento do silêncio que tem rodeado o tema da violência cometida pelos partidos políticos de Timor-Leste, especialmente no conflito interno de 1975, e entre 1976 e 1979, quando a Fretilin ainda controlava e administrava algumas áreas do interior do território. Muitas das vítimas, ou famílias dos que foram mortos ou desapareceram, expressaram o seu desejo de limpar os nomes dos seus parentes e amigos. O não reconhecimento da violência, das perdas sofridas pelas famílias e da injustiça do seu tratamento, tem causado uma supressão profunda dos sentimentos e o isolamento das pessoas nesta categoria. Sem o reconhecimento público de que estes eventos tiveram lugar, é difícil darem-se a conhecer e procurarem o apoio que possam precisar.

O futuro

242. Esta identificação de grupos com maiores necessidades de apoio não tem por intenção minimizar as necessidades de vítimas individuais, ou de comunidades, não incluídas nestas categorias. Ela sublinha o facto de existirem grupos específicos dentro da comunidade timorense que necessitam de apoio, e que se deveriam desenvolver programas de apoio adaptados às suas necessidades. Para que um programa adequado de reparação de danos possa ser

elaborado, deve proceder-se a um levantamento exaustivo das necessidades. Também é vital que o governo, as ONG de Timor-Leste e outros grupos da sociedade civil, e as organizações religiosas, bem como as agências e os doadores internacionais, continuem a dar o seu apoio e a incrementar os seus esforços para aliviar o sofrimento de tantas vítimas de violações de direitos humanos. Com base nas lições que aprendemos através do trabalho com as vítimas de violações de direitos humanos, a Comissão elaborou um Plano de Reparação de Danos que está delineado no capítulo 11: Recomendações.

¹ Entrevista da CAVR a Manuel Cárceres da Costa, Assistente de Repatriação/Protecção do ACNUR, Díli, 25 de Novembro de 2002.

² Entrevista da CAVR a Manuel Cárceres da Costa, Assistente de Repatriação/Protecção do ACNUR, Díli, 25 de Novembro de 2002.

³ Ibid.

⁴ Arquivo da CAVR.

⁵ Entrevista da CAVR a Iria Moniz, vila de Ilat Laun, Bobonaro, distrito de Bobonaro, 19 de Dezembro de 2003.

⁶ Arquivo da CAVR.